

A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO NORTE NA DÉCADA DE 70

Maria Socorro Brito *
Mitiko Yanaga Une *

SUMÁRIO

- 1 — *Introdução*
- 2 — *A estruturação do espaço agropecuário amazônico*
 - 2.1 — *A ocupação da terra na fronteira*
 - 2.2 — *Áreas de pecuária e de lavouras*
- 3 — *A atual forma de organização da fronteira*

1 — INTRODUÇÃO

A Amazônia, tradicionalmente uma região de extrativismo, passou a ter, ao longo dos anos 70, redefinido o seu papel na organização espacial do País. Esta nova ótica alicerçava-se em uma política governamental que objetivava integrar a Amazônia ao sistema econômico brasileiro. A estratégia do Governo centrava-se na ocupação produtiva do território, e que através do modelo de Enclave de Exportação¹ procurava incentivar o aproveitamento integrado das potencialidades re-

* Analistas Especializados em Geografia da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE. Agradecem a Maria Clélia M. H. Guitton Tavares Ferreira e a Suzi de Mattos pela colaboração prestada a este trabalho.

1 Este modelo veio substituir o de "Enclave de Importações" cuja premissa básica é a de que os países subdesenvolvidos ganham vantagem ao iniciarem seu desenvolvimento com as indústrias modernas ao invés de implantarem as de processamento de produtos primários. O modelo em questão veio, por sua vez, ocupar o lugar daquele de "Substituição de Importação Regional" que foi aplicado à Amazônia na década de 60 e cuja essência fundamentava-se na substituição de importação para reduzir o grau de dependência da Região em relação aos interesses dos centros dinâmicos.

gionais, incluindo, para tanto, as indústrias de transformação dos produtos primários abrangendo os de madeira, borracha, têxteis e projetos minerais, agropecuários e agroindustriais. A execução desses novos objetivos só se viabilizou mediante a implantação de um sistema hidroviário — construção de grandes eixos viários: Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho, Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Perimetral Norte, interligados à navegação fluvial — associado aos estímulos financeiros, determinados pelas políticas de crédito e de incentivos fiscais que, em conjunto, tornaram a Região atrativa a investidores particulares, tanto provenientes de outras áreas do País, como do exterior. Estes passaram a adquirir grandes extensões de terras, a baixo preço, com o intuito de auferirem vantagens advindas das diferenças do ritmo de crescimento, entre as taxas de inflação e as do crédito rural, o qual, pelo seu caráter subsidiado, mantinha-se sempre abaixo das taxas de mercado.

Neste contexto, assistiu-se a uma mudança na malha fundiária como resultante da introdução de grandes estabelecimentos agropecuários, bem como da reprodução dos pequenos, relacionados à ocupação espontânea e à colonização dirigida que estabeleceu o assentamento do módulo familiar de 100 hectares.

Esta nova estruturação do espaço veio acarretar mudanças na economia da Região, até então voltada para o mercado internacional e baseada fundamentalmente no aproveitamento dos recursos naturais. Dentre estes recursos, assumiam importância a extração de produtos florestais como a borracha, castanhas e frutos, couros e peles, que se notabilizaram como fonte de emprego e de renda. A Amazônia era, assim, uma região de extrativismo e, como na época do apogeu da borracha — 1890-1912, praticamente monoextrativista.

O extrativismo gerou um padrão de ocupação humana disperso ao longo dos principais rios e a atividade agropecuária se caracterizava por um sistema primitivo de exploração, com suas produções voltadas ao autoconsumo dos produtores e ao comércio local. Era inexpressiva a formação de aglomerados populacionais, destacando-se apenas Belém e Manaus, principais centros comerciais e administrativos da Região.

A rigor, o extrativismo se manteve importante até os anos 60, época em que o Estado com o intuito de reativar, diversificar e desenvolver a economia da Amazônia, iniciou uma política mais agressiva, através das atuações de órgãos como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do Banco da Amazônia Sociedade Anônima (BASA), da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e dos programas: Programa de Integração Nacional (PIN), Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA) e Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA). Dentro desta ótica, foi dada prioridade aos grandes projetos agropecuários. A pecuária, apesar de continuar extensiva, passou a ser praticada segundo algumas técnicas modernas, dentre as quais privilegiaram-se, de um lado, a implantação de pastagens artificiais e, de outro, a introdução de gado raceado, de origem indiana.

O fato de a Região nas duas últimas décadas ter se constituído em área de interesse governamental contribuiu para romper com a visão da Amazônia extrativista e colocá-la como uma alternativa de fronteira agrícola. Esta mudança de estratégia, apoiada na abertura de estradas, na implantação de projetos de colonização, de mineração e agropecuária-

rios, determinou uma nova feição aos fluxos migratórios, os quais eram, anteriormente, associados à produção extrativista, base da ocupação econômico-demográfica da Região.

Com efeito, os fluxos migratórios sofreram um redirecionamento, tendo o povoamento linear, ao longo dos rios, se deslocado gradualmente para as rodovias Belém-Brasília, Transamazônica e Cuiabá-Santarém, que se constituíram nos novos eixos de penetração da Região. Diferenças na ocupação foram encontradas, pois ao longo da Belém-Brasília ela se fez em caráter espontâneo, enquanto nas outras duas predominou a ocupação dirigida. Estas rodovias foram fundamentais, não só para o deslocamento da própria população regional, originária de áreas estagnadas, como também de imigrantes de outras partes do País. Apesar disto, estes últimos não tiveram um papel significativo no acréscimo populacional, pois representaram apenas 12,32% da população regional de 1980, evidenciando-se, assim, que este aumento se fez via crescimento natural da população. Verificou-se também uma mudança na estrutura da população regional, assistindo-se ao declínio da participação do contingente rural na população total, que passou de 62,20 em 1960, para 48,53% em 1980².

Convém frisar que houve uma diminuição no ritmo de crescimento do pessoal empregado na agricultura que de 51,20%, no primeiro quinquênio, passou para 25,30%, no final do decênio. Esta desaceleração constituiu um indicativo de que as grandes empresas mostraram-se com baixa capacidade de absorção de mão-de-obra, não contrabalançada pelo aumento que a colonização dirigida (oficial e particular) trouxe ao contingente de mão-de-obra, o que contribuiu, de certa forma, para inibir o crescimento do pessoal ocupado no setor agrícola.

Neste contexto, a partir da década de 70, quando o Estado passou a considerar a Amazônia como uma "fronteira de recursos" grandes transformações ocorreram na Região. Assistiu-se, assim, a um grande aumento da área dos estabelecimentos rurais, nem sempre acompanhado pela correspondente ampliação das terras produtivas. A ocupação e/ou apropriação de grandes extensões de terras, exploradas ou não, reperçaram as pequenas, verificando-se, neste processo, um acirrado conflito em torno da posse da terra, culminando na própria expulsão ou subordinação de pequenos produtores — posseiros, arrendatários, ocupantes — e dos indígenas. Dessa forma, a nova ocupação do território amazônico, viabilizada pela ação do Estado, vem se processando com profundas contradições econômicas e sociais.

Em face das peculiaridades que caracterizaram a recente ocupação da Região Amazônica, escudada em medidas governamentais, que passaram desde a década de 70 a ter um cunho de atuação mais direta, justifica-se desenvolver um estudo que avalie as transformações ocorridas no espaço agrário neste último decênio. Para a sua consecução serão abordadas as questões relativas à incorporação das terras ao processo produtivo, à expansão da pecuária e das lavouras. Cumpre assinalar que o papel desempenhado pelo Estado permeia todo o trabalho a fim de que se possa compreender o recente processo de evolução da fronteira agrícola e de estruturação do espaço regional.

² Rondônia destoou, na última década, dessa tendência regional pois a população migrante representa 2/3 do total. Em Rondônia predominou a população com destino à zona rural, o que se refletiu na composição da população em 1980, com a rural sobrepujando a urbana em 58,57%.

A expansão da pecuária será analisada através de variáveis referentes às áreas de pastagens naturais e plantadas, efetivo de bovinos, orientação do rebanho e sua densidade. Com estas variáveis identificar-se-ão áreas onde a pecuária tenha adquirido maior expansão, no conjunto regional, em função da sua própria organização, em moldes moderno ou extensivo.

A expansão recente das lavouras será enfocada através das variáveis relativas às áreas das lavouras permanentes e temporárias, destacando-se os cultivos que receberam incentivos à sua implantação e/ou expansão. Pretende-se identificar as áreas onde as lavouras sofreram um processo de intensificação pelo uso de máquinas e insumos modernos e também aquelas onde a sua expansão se deu exclusivamente pela ampliação da área cultivada.

Tendo em vista o redirecionamento das atividades agrárias e conseqüentemente seus efeitos na reestruturação fundiária, no regime da posse da terra e nas relações de produção, torna-se relevante analisar estas características, segundo os dados referentes ao número e área dos estabelecimentos, condição do produtor, de pessoal ocupado nas atividades agrárias e adoção de máquinas.

A análise proposta, neste trabalho, estará apoiada nos dados secundários dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975 e da Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980. Recorrer-se-á também aos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), para os anos 75-80 com vistas a complementar os dados censitários.

2 — A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO AGROPECUÁRIO AMAZÔNICO

Durante os anos 70 grandes transformações se verificaram na Região Norte, principalmente no tocante à forma pela qual se deu a incorporação de terras ao processo produtivo. O rearranjo da ocupação gradual do espaço se fez tanto via povoamento espontâneo e colonização dirigida, como pela implantação de grandes projetos agropecuários. Assistiu-se, como uma das conseqüências da nova forma de ocupação da Amazônia, à ampliação da área dos estabelecimentos e à deflagração de uma série de conflitos pela posse da terra. A implantação em especial dos grandes projetos concorreu para introduzir mudanças na estrutura fundiária e na condição do produtor tradicionalmente estabelecido na Região.

2.1 — A ocupação da terra na fronteira

O processo de ocupação físico-econômico que vem ocorrendo na Amazônia pode ser aqui relatado, inicialmente, do ponto de vista da ampliação da área dos estabelecimentos agropecuários, que foi da ordem de 19.363.882 hectares, para o conjunto da Região, equivalendo a um crescimento de 83,70% da situação de 1970. Em termos espaciais, este crescimento se deu de forma heterogênea pois enquanto nas Microrregiões Juruá, Solimões-Japurá, Tapajós e Campos de Marajó houve uma diminuição que variou de 336.004 a 682.098 hectares, nas Microrregiões Araguaia Paraense, Baixo Amazonas e Rondônia verificou-se uma ampliação que oscilou de 2.362.624 a 4.056.629 hectares. Tais aumentos foram, em termos relativos, superiores ao verificado a nível nacional

(Tabela 1). Ao se fazer uma correlação entre a variação absoluta da área e do número dos estabelecimentos constata-se ser possível distinguir áreas segundo a importância que assumiram estas duas variáveis. Assim é que as microrregiões de penetração mais recente, de melhor acessibilidade e que canalizaram maior número de projetos agropecuários, apresentaram grandes variações da área e/ou do número dos estabelecimentos, enquanto nas de ocupação antiga, como Bragantina e Campos de Marajó, a tendência foi a uma subdivisão das propriedades com incremento do número de produtores sem a correspondente ampliação da área.

TABELA 1
ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E GRAU DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS

UNIDADES DE OBSERVAÇÃO	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (ha)				GRAU DE OCUPAÇÃO			
	1970	1980	Variação 1970--80		Área territorial (ha)	% da Área dos estabelecimentos na área territorial		
			Absoluta	Relativa		1970	1980	
BRASIL	294 145 466	369 587 872	75 442 406	25,65	845 650 800	34,78	43,70	
Região Norte.....	23 182 145	42 546 027	19 363 882	83,53	355 400 200	6,52	11,97	
Rondonia (01).....	1 631 640	5 668 269	4 036 629	248,02	24 304 400	6,71	23,40	
Acre.....	4 122 085	5 951 104	1 729 019	41,95	15 258 900	27,01	38,35	
Alto Juruá (02).....	959 401	2 324 149	1 364 748	142,25	7 304 300	13,13	31,82	
Alto Purus (03).....	3 162 684	3 528 955	364 271	11,52	7 954 600	39,76	44,34	
Amazonas.....	4 475 940	7 220 520	2 744 580	61,32	155 898 700	2,87	4,63	
Alto Solimões (04).....	111 450	170 799	59 349	53,25	21 528 300	0,52	0,79	
Juruá (05).....	883 078	527 074	-356 004	-40,31	13 289 800	6,64	3,97	
Purus (06).....	1 402 662	2 745 055	1 342 393	95,70	23 216 600	6,04	11,82	
Madeira (07).....	317 380	1 493 794	1 176 414	370,66	23 131 700	1,37	6,46	
Rio Negro (08).....	65 569	145 987	80 418	122,65	33 800 400	0,19	0,43	
Solimões-Japurá (09).....	653 857	206 268	-447 589	-68,45	20 849 200	3,14	0,99	
Médio Amazonas (10).....	1 041 944	1 931 544	889 600	85,38	20 091 700	5,19	9,61	
Roraima (11).....	1 594 387	2 478 767	884 370	55,47	23 010 400	6,93	10,77	
Pará.....	10 754 620	20 571 881	9 817 053	91,28	122 753 000	8,76	16,76	
Médio Amazonas Paraense (12).....	1 001 305	1 441 241	439 936	43,93	23 565 600	4,25	6,12	
Tapajós (13).....	777 277	321 051	-456 226	-58,70	19 357 400	4,02	1,66	
Beixo Amazonas (14).....	959 896	2 447 527	1 487 531	154,85	11 961 800	8,03	20,46	
Xingu (15).....	89 876	889 947	800 071	890,19	27 043 900	0,33	3,29	
Furos (16).....	806 370	1 643 329	836 959	103,79	11 799 400	6,83	13,93	
Campos de Marajó (17).....	1 842 761	1 160 663	-682 098	-37,02	2 304 600	79,96	50,36	
Baixo Tocantins (18).....	460 872	1 234 692	773 820	167,90	3 719 800	12,39	33,19	
Marabá (19).....	1 074 750	2 457 462	1 382 778	128,66	7 301 500	14,72	33,66	
Araguaia Paraense (20).....	1 109 027	3 461 651	2 352 624	212,13	4 985 600	22,24	69,43	
Tomé-Açu (21).....	214 052	451 200	237 148	110,79	1 437 000	14,90	31,40	
Guajerina (22).....	1 523 136	3 408 248	1 885 112	123,77	6 430 700	23,69	53,00	
Salgado (23).....	188 112	207 705	19 593	10,42	644 700	29,18	32,22	
Bragantina (24).....	615 368	983 919	268 553	43,64	1 160 900	53,01	76,14	
Belém (25).....	34 190	58 069	24 679	72,18	141 600	24,15	41,57	
Viseu (26).....	57 677	504 377	446 700	774,49	898 700	6,42	56,12	
Amapá.....	603 254	735 483	132 229	21,92	13 906 800	4,34	5,29	
Macapá (27).....	384 414	453 414	69 000	17,95	7 324 900	5,25	6,19	
Amapá e Diapoque (28).....	218 840	282 069	63 229	28,89	6 581 900	3,32	4,28	

Fonte — Censo Agropecuário 1970 e 1975 e Sioense Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

Assim, a aceleração no crescimento ocorreu em espaços periféricos do sudoeste e do leste, enquanto o baixo e médio vales do rio Amazonas tenderam a um crescimento mais ordenado. As áreas que ainda não foram capturadas pelas grandes vias de penetração permaneceram distanciadas econômica e socialmente, acusando uma baixa variação absoluta tanto do número quanto da área dos estabelecimentos (Mapa 1) ³.

A acentuada ampliação da área dos estabelecimentos se refletiu no próprio grau de ocupação das terras que de 6,52%, em 1970, chegou a dobrar dez anos após, através de um crescimento linear. Entretanto, mesmo com esta duplicação, a Região Norte dispõe de vastos espaços a serem incorporados às atividades produtivas ⁴.

Esta disponibilidade de terras se mostra desigual quando se toma a microrregião homogênea como unidade de observação. De fato, aquelas de ocupação mais antiga, com uma trama viária mais desenvolvida como, por exemplo, as Microrregiões Campos de Marajó e Bragantina, tinham desde 1970 mais da metade dos seus territórios já ocupados. As alterações recentes nos níveis de acessibilidade e as medidas de políticas de Estado, voltadas para a integração e desenvolvimento, responderam pela intensificação que se verificou no grau de ocupação da Região Amazônica, principalmente nas Microrregiões Araguaia Paraense, Guajarina e Viseu, onde mais da metade dos seus territórios correspondeu às áreas de seus estabelecimentos agropecuários, em 1980 (Mapa 2).

O processo de ocupação territorial, ao ter um sentido mais jurídico de posse e de domínio do que econômico, logrou concentrar significativas parcelas de terras nem sempre associadas ao seu uso produtivo. Esta afirmativa, referenciada à situação de 1975, permite incluir nesta situação as Microrregiões Purus, Madeira e Xingu entre aquelas que se sobressaíram pela maior expansão da área dos estabelecimentos, que variou de 383.239 a 2.076.502 hectares enquanto a área produtiva praticamente se manteve já que estes acréscimos oscilaram entre 22.710 a 25.188 hectares. Estas Microrregiões apesar de terem incorporado, durante a década, de 800.071 a 1.800.071 hectares ainda permaneceram com um baixo grau de ocupação devido à sua grande extensão territorial (Tabela 1).

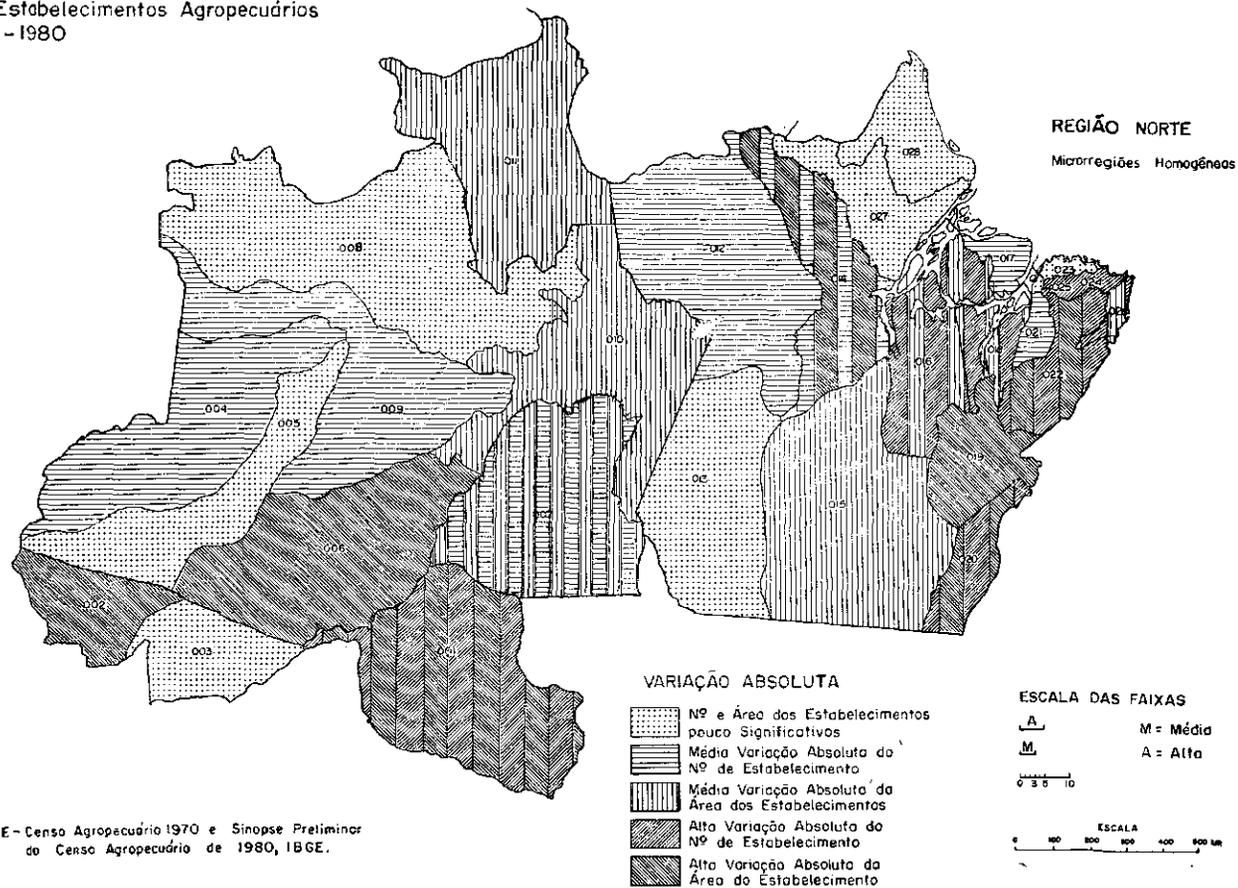
A acentuação do desequilíbrio entre os uso produtivos e a área dos estabelecimentos ficou patenteada durante a década de 70 e, a nível de Região, esta tendência deverá se projetar nos anos 80. Isto evidencia o próprio caráter inerente à área de fronteira que tem, entre uma das suas peculiaridades, a abundância de terras suscetíveis não apenas à

3 As variáveis utilizadas na elaboração do mapa foram divididas em quartis e as duas classes de valores mais elevados definiram a intensidade da variação absoluta do número e da área dos estabelecimentos. No mapeamento, algumas microrregiões se destacaram pela variação absoluta mais acentuada de uma das variáveis, identificando área de alta e média evolução, enquanto em outras a evolução, durante a década, se fez de forma combinada. Outras microrregiões, no entanto, se identificaram pela evolução pouco significativa destas variáveis. Esta mesma metodologia foi adotada nos mapas de combinação de indicadores — Áreas de Pecuária, Áreas de Lavoura e Formas de Crescimento da Agricultura.

4 Ressalta-se que o somatório da área dos estabelecimentos rurais (42.544.027 ha) com aquela destinada a parques florestais, estações ecológicas, reservas florestais, biológicas e indígenas (31.844.394 ha) perfaz 20,96% da área territorial indicando haver 79,04% da região a serem incorporadas ao processo produtivo. Vale, contudo, chamar a atenção para o fato de que esse último percentual deve ser efetivamente menor, uma vez que foi o conceito de estabelecimento aquele aqui tomado como elemento de análise, não tendo sido computadas, dessa forma, as áreas já apropriadas e não utilizadas como atividades agropecuárias.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Varição Absoluta do Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários
1970 - 1980

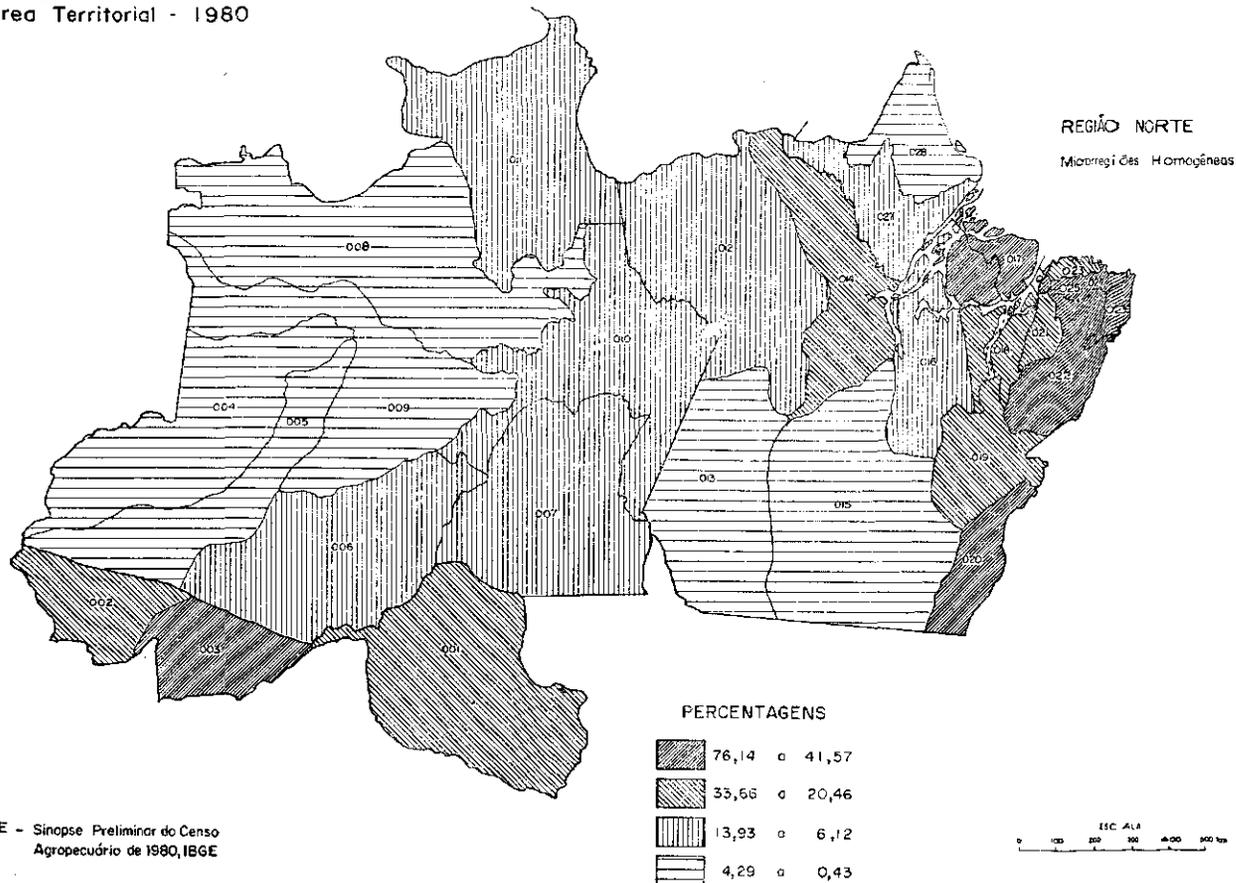


FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 1

GRAU DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS

Porcentagem da Área dos Estabelecimentos
na Área Territorial - 1980



FONTE - Síntese Preliminar do Censo
Agropecuário de 1980, IBGE

MAPA 2

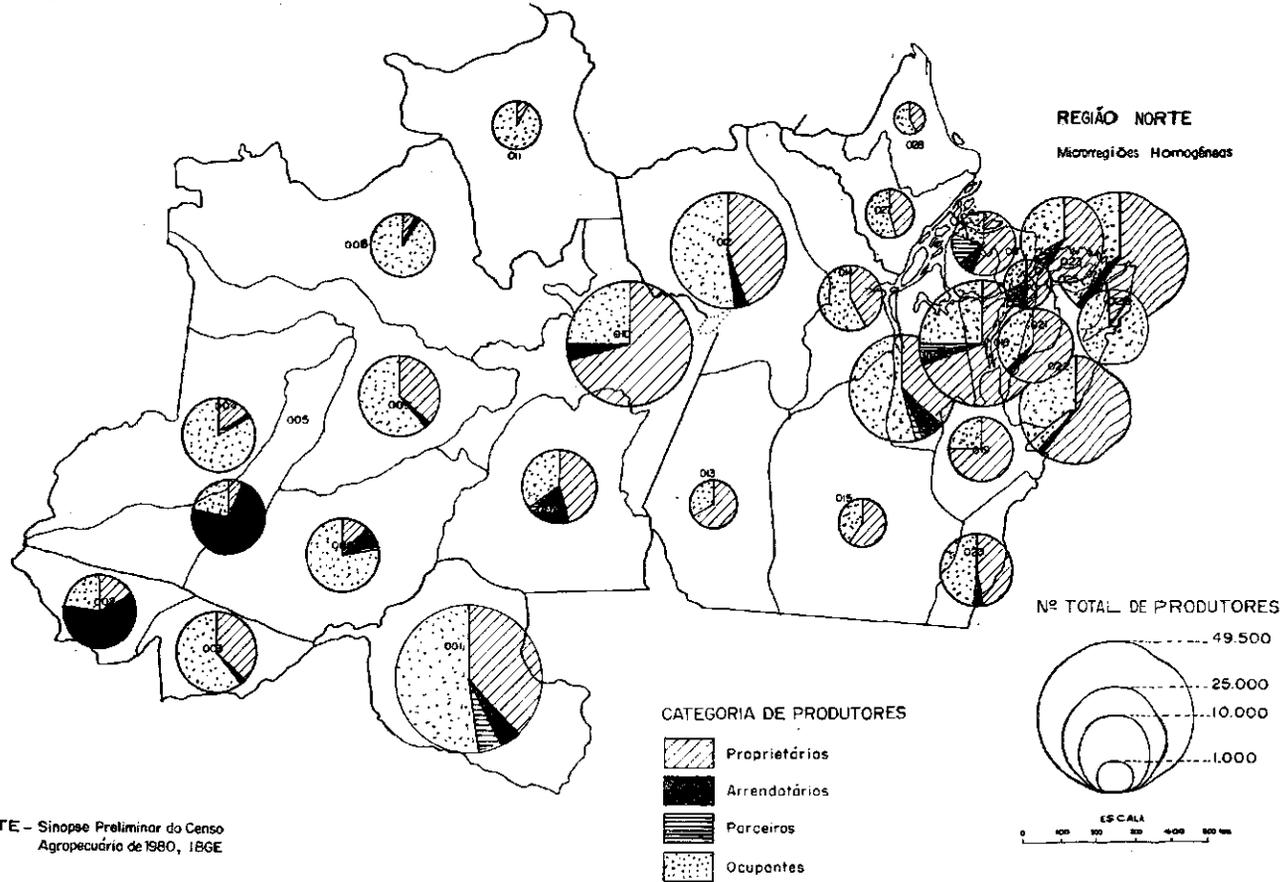
privatização mas, também, à incorporação de terras não legalizadas ao espaço agrário. A forma como vem se processando tal incorporação, conduziu a uma concentração fundiária, onde a presença das grandes unidades produtivas é o reflexo da atuação institucional na ocupação de terra em área de fronteira. Com efeito, assistiu-se no decênio a um aumento de 60% no número dos estabelecimentos de mais de 100.000 hectares, enquanto a expansão da sua área atingiu 84,99% daquela registrada em 1970. Estes estabelecimentos, por sua vez, achavam-se concentrados no Estado do Pará, que detinha 68,75% dos mesmos. Este ritmo de crescimento seguiu o das pequenas unidades produtivas, de menos de 100 hectares, as quais compunham o peso da estrutura fundiária regional e representavam, em 1970, 82,03% do número, ocupando 15,11% da área total dos estabelecimentos. Embora esta percentagem tenha se mantido elevada houve, durante a década de 70, uma mudança na malha fundiária, com o acréscimo do número dos grandes estabelecimentos e uma tendência a aumentar o tamanho médio das unidades produtoras de menos de 100 hectares que, em 1980, ocupavam 17,12% da área total dos estabelecimentos. Em termos espaciais e numéricos, esta categoria dimensional acusou acréscimos de, respectivamente, 87,81 e 56,93%.

Entretanto, quando se desce a nível microrregional, emergem diferenciações que vêm confirmar a importância do papel do Estado, no processo de distribuição e de privatização das terras, ao implantar projetos de colonização dirigida e ao favorecer a instalação de grandes empresas agropecuárias. Desta forma, justifica-se que tenha havido maior variação absoluta da área dos pequenos estabelecimentos em 1/3 das Microrregiões, entre as quais se destacam Rondônia e Salgado, enquanto naquelas onde a concentração fundiária se deu de forma mais intensa — Marabá e Tapajós — verificou-se a redução das unidades produtoras de menor superfície.

Juntamente com o processo de concentração fundiária, outras transformações ocorreram na Região, tais como alterações na composição dos quadros da condição do produtor e da propriedade das terras. As maiores alterações verificaram-se no tocante às participações relativas de proprietários e ocupantes, que passaram no final da década a ser semelhantes, representando cada uma delas 45,27% do total dos produtores. Os primeiros correspondiam a 38,87%, em 1970, e os ocupantes a 46,57% do número total dos produtores. Em termos absolutos, o acréscimo foi de 833.986 proprietários, durante a década, o que representou uma variação relativa de 82,73%. Assistiu-se, paralelamente, a uma ampliação da área dos estabelecimentos gerenciados por estes produtores que foi da ordem de 13.102.298 hectares, durante o decênio, enquanto os ocupantes incorporaram 6.311.027 hectares. A nível de estrato fundiário, os incrementos mais expressivos da área foram observados nos maiores estratos, enquanto os do número foram verificados no de 10 a 100 hectares. Isto vem corroborar a importância do processo de colonização, pois as glebas de terras geralmente estavam limitadas a este módulo dimensional. A maior concentração de proprietários (variação superior a 5.000) ocorreu nas Microrregiões Rondônia, Médio Amazonas, Médio Amazonas Paraense, Furos, Baixo Tocantins e Guajarina (Mapa 3).

O processo de privatização das terras provocou a expulsão dos ocupantes e a grilagem foi o principal recurso utilizado para a aquisição das terras promovendo, dessa forma, conflitos de diversas dimensões

PERCENTAGEM DAS CATEGORIAS DE PRODUTORES
NO NÚMERO TOTAL DE PRODUTORES - 1980



FONTE - Síntese Preliminar do Censo
Agropecuário de 1980, IBGE

MAPA 3

entre ocupantes e grileiros. Estes conflitos se verificaram também entre ocupantes e grandes empresas, quando estas últimas adquiriram terra sem a intermediação dos grileiros. Os pequenos ocupantes, por terem precárias condições financeiras, principalmente para arcarem com as despesas de legalização, cujo processo é usualmente dispendioso, foram os que, via de regra, acabaram sendo expulsos violentamente. Embora tais conflitos tenham sido generalizados na Amazônia, nas Microrregiões Marabá e Araguaia Paraense, em função da velocidade acelerada com que aí se deu o processo de privatização das terras, esses conflitos tornaram-se mais acirrados e exigiram a interferência dos poderes públicos e da Igreja. Devido à intensidade de tais conflitos e com o objetivo de saná-los, o Governo criou o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT).

No bojo de tais conflitos, encontra-se o próprio papel que a terra passou a assumir ao se transformar em mercadoria e alcançar preços mais elevados, após haver permanecido como um meio de produção barato e abundante e, portanto, não suscitando cobiça e nem a necessidade da legalização da posse. Em face dessa valorização e ao interesse em adquirir terras na Região, por parte dos grandes empresários, assistiu-se a uma dissociação entre o pequeno produtor direto e os meios de produção, especialmente a terra, transformando-o em mão-de-obra, forma pela qual ele passou a se inserir no mercado de trabalho urbano ou rural. Todavia, o fato de a Região ser fronteira ainda lhe oferece a alternativa de uma ligação, embora que transitória, com a terra, em áreas mais distantes e menos valorizada. Esta transitoriedade se explica porque ainda está em curso o processo de privatização, devido à existência de grandes extensões de áreas devolutas, sob o controle de vários órgãos governamentais como Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), GETAT, Grupo Executivo de Baixo Amazonas (GEBAM) — e das próprias Unidades Federadas (UFs) que permitem alimentar esse processo em face de evolução.

Esses fatos se refletiram na desaceleração do crescimento do número de ocupantes cuja variação relativa caiu de 46,67% no primeiro quinquênio para 4% no segundo. Tal desaceleração rebateu-se diretamente no ritmo da ampliação da área dos seus estabelecimentos que de 48,30%, registrada na primeira metade dos anos 70, passou para 18,58% no final da década. De fato, cerca da metade das microrregiões acusou uma perda da importância destes produtores tanto através da redução em números absolutos quanto em termos relativos no conjunto dos produtores. Está implícita nesta redução, a anexação das pequenas unidades de produção, que se originaram no povoamento espontâneo, pelas grandes empresas. O movimento de anexação provocou o deslocamento desses produtores para áreas dotadas de um baixo nível de acessibilidade e de reduzido grau de ocupação e mais distantes dos centros dinâmicos. Exemplo marcante foi o da Microrregião Marabá cuja diminuição dos ocupantes foi de 3.250 na década (Mapa 3). A desaceleração no ritmo de crescimento desses produtores configura mais uma vez que a política para a Amazônia vem inibindo a ocupação espontânea até então comum na Região, substituindo-a por uma outra voltada à privatização das terras.

No que se refere aos parceiros e arrendatários (Mapa 3), a situação de 1980 comprovou que eles foram numericamente pouco expressivos e equivaliam a menos de um décimo do total dos produtores da Região. Esta inexpressividade é o reflexo da forma em que se dá a própria ex-

ploração da terra, no interior dos estabelecimentos, onde se passou a privilegiar a pecuária, pouco absorvedora destas categorias de produtores.

A retração do número dos arrendatários está relacionada à perda gradual da importância do extrativismo, tanto da borracha quanto da castanha. Esses produtores sofreram uma redução de 5.434 e a área dos seus estabelecimentos de 456.209 hectares com as diminuições mais expressivas nas Microrregiões Alto Purus, Purus, Madeira, Solimões-Japurá, Médio Amazonas, Baixo Tocantins, Viseu e Macapá. Entretanto, o número dos arrendatários se manteve, em 1980, com uma certa representatividade nas áreas do sul e oeste da Região, onde o extrativismo da borracha e/ou da castanha ainda permaneceu como atividade predominante. Apesar de os parceiros apresentarem um acréscimo de 2.856 durante o decênio, totalizando 7.190, sempre foram pouco expressivos na Região e corresponderam em 1980 a 2 projetos em cada grupo de 100 produtores. Em situação inversa ocorreu uma diminuição de área dos seus estabelecimentos que de 628.661 hectares em 1970, ficou limitada a 329.240 hectares.

O que se observa na Região Norte, com relação aos parceiros, é a concentração dos seus contingentes em áreas de ocupação tanto antigas quanto naquelas relativamente recentes em virtude deste tipo de produtor se dedicar às lavouras de subsistência, notadamente a da mandioca, e ao extrativismo. A figura do parceiro liga-se também, em algumas áreas, ao plantio de arroz, lavoura que antecede a formação de pastagens.

Tendo em vista a nova forma como vem se dando a ocupação do espaço amazônico, centrada na implantação da política agrícola, calcada nos incentivos fiscais e no crédito rural, as atividades agropecuárias passaram a assumir relevância quando comparadas às extrativas. Isto permitiu não só o rearranjo da estrutura fundiária e da condição do produtor mas também a maior participação regional, através dos segmentos das lavouras e da pecuária no cômputo da economia nacional.

2.2 — Áreas de pecuária e de lavouras

A agropecuária na Região Norte ocupou até a primeira metade do século XX um papel secundário no panorama econômico regional por haver se constituído em atividade de subsistência e, portanto, com pequena capacidade de gerar excedentes para troca. Entretanto, emergiram, a partir da década de 40, algumas áreas nas quais a pecuária e a lavoura, em conjunto ou isoladamente, passaram a assumir importância econômica à medida que estas atividades foram se cristalizando ao longo do tempo. No que se refere à pecuária, a sua expansão ocorreu mesmo durante o ciclo da borracha destacando-se o sul e sudeste do Estado do Pará e os campos naturais do Baixo Amazonas.

Tentativas para desenvolver a lavoura em moldes comerciais foram realizadas através da colonização dirigida com elementos nacionais e estrangeiros, tendo-se destacado as colônias japonesas da Microrregião Médio Amazonas, onde foi difundida a cultura da juta, e a Tomé-Açu no Estado do Pará, com a introdução da pimenta-do-reino.

Esboça-se, assim, uma tendência ao desenvolvimento da agropecuária em áreas bastante localizadas, enquanto em grande parte do espaço amazônico predominava uma agricultura tradicional voltada à

subsistência. Esta situação se manteve até a década de 70 com a implantação da política de integração da Amazônia ao espaço econômico nacional. A partir daí, verificaram-se mudanças no padrão de distribuição das atividades agropecuárias, com o surgimento de formas diferenciadas, permitindo identificar áreas voltadas à pecuária e/ou às lavouras.

2.2.1 — A pecuária

A década de 70 foi um período de transformações no criatório bovino da Região Norte, pois ao lado do crescimento do rebanho ocorreu a ampliação das pastagens e deu-se também melhoramento na qualidade de gado. O crescimento do efetivo de bovinos ocorreu, na maioria das microrregiões, de forma diferenciada com diversos graus de intensidade, ver nota de rodapé 2, verificando-se o surgimento de novas áreas pecuaristas e o desenvolvimento daquelas anteriormente existentes — Baixo Amazonas, Médio Amazonas, Marajó e Roraima. Assim é que o aumento do rebanho bovino foi significativo com uma variação absoluta de 2.242.229 cabeças, elevando-se o efetivo regional, de 1.706.177 cabeças, para 3.348.406 no final da década (Mapa 4).

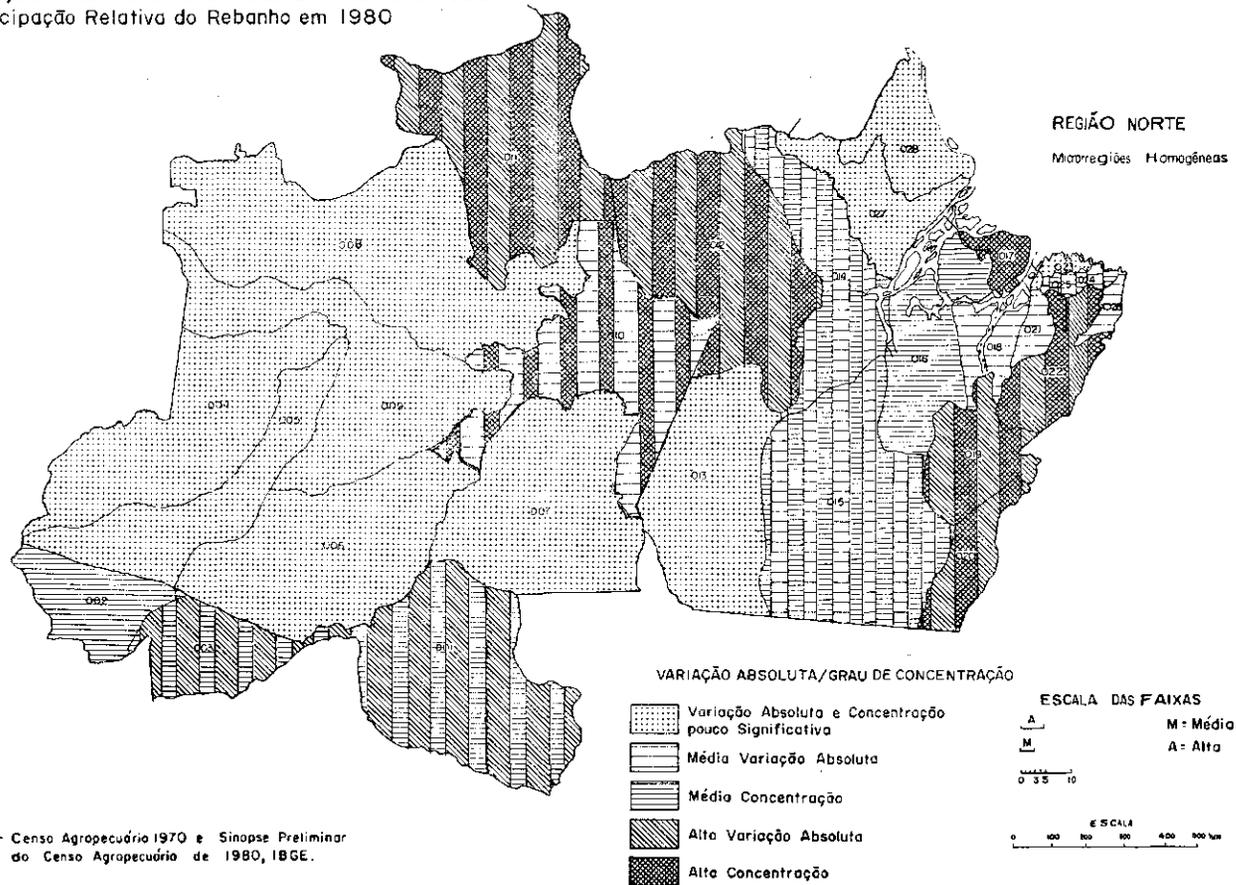
Certas microrregiões apresentaram, pelas suas localizações, vantagens comparativas não só em termos das condições ambientais, quanto em estímulos concedidos pelo Governo através do Programa de Desenvolvimento da Pecuária de Corte ⁵. Este Programa objetivava através da exportação de carne bovina a formação de divisas e, por intermédio da implantação de uma linha de crédito de investimentos, privilegiar os empreendimentos pecuários que se situassem em terras de cerrado, cerrado e mata fina, pois estes tipos de cobertura vegetal possibilitavam, de imediato, o preparo mecânico do solo. Esta vantagem locacional se justificava pela redução nos custos e ainda pela menor exigência de tecnificação no processo de derrubada quando comparada às áreas de mata densa. Tal orientação se fazia necessária devido à implantação desordenada dos primeiros projetos agropecuários, em locais nem sempre ecologicamente adequados ao desenvolvimento da pecuária. Objetivou-se, através desta medida governamental, explicitada no II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979), a preservação da floresta e dos recursos madeireiros. Entretanto, não se pode negar que atualmente em um balanço de benefícios-custos, ainda se observe o caráter predatório à natureza, inerente à grande maioria dos investimentos agropecuários efetuados na Região.

Ao favorecer a implantação de grandes empreendimentos o referido Programa veio dinamizar o pólo pecuário amazônico, já delineado na década de 60, e que se constituía nas frentes de pecuária provenientes do Centro-Oeste: o ramo oriental de penetração mais antiga e ocupação espontânea, que se juntou com o proveniente da Região Nordeste e atingiu as microrregiões do sul e leste paraenses, e o ocidental de penetração mais recente, que alcançou as Microrregiões Alto Purus, Purus e Rondônia.

⁵ Este Programa está inserido no Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA) instituído no Programa Nacional de Desenvolvimento (II FND) sob a supervisão da SUDAM, apoiado em recursos financeiros internacionais repassados pelo Banco da Amazônia Sociedade Anônima (BASA) e implantado a partir de 1975.

ÁREAS DE PECUÁRIA

Variação Absoluta do Efetivo de Bovinos 1970-1980 e
Participação Relativa do Rebanho em 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 4

A área do leste paraense apresentava, em relação às demais, várias vantagens locais que propiciou a penetração de projetos pecuários para locais mais afastados até então à margem do processo produtivo. Tais vantagens estavam relacionadas ao nível de acessibilidade, pois a área era cortada pelo eixo viário de grande penetração — Belém-Brasília, que se interligava a uma trama de estradas vicinais e à proximidade do porto de Belém que, em conjunto, contribuíram para minimizar os custos de transportes. Do ponto de vista ecológico, esta área apresentava-se propícia à penetração da pecuária, pois, a cobertura vegetal e a topografia favoreciam o desenvolvimento de pastos naturais e plantados. Este elenco de vantagens associado aos incentivos governamentais direcionados para esta área concorreu para que as Microrregiões Araguaia Paraense, Marabá, Guajarina e Xingu desenvolvessem a atividade criatória aumentando o rebanho no período de 1970 a 1980 de 209.950 cabeças para 1.576.222, crescendo respectivamente a participação no total regional de 12,30 para 39,93%.

O leste paraense, em conjunto, apresentou no primeiro quinquênio aumentos significativos na área de pastos, os quais passaram a ocupar cerca de um décimo da área total dos estabelecimentos. A relação entre a área de pastos e a dos estabelecimentos rurais comprova que a primeira vem se ampliando em velocidade superior à dos estabelecimentos pelo menos no que se refere ao subperíodo de 1970 a 1975. Destoou, neste conjunto, a Microrregião Xingu cuja expansão da área dos estabelecimentos foi de 21 vezes, entre estes anos, sem a correspondente ampliação dos pastos. Este fato é o reflexo da mudança do nível de acessibilidade — construção da Transamazônica — que favoreceu, sobremaneira, a incorporação desta Microrregião até então situada à retaguarda da fronteira agrícola em face da sua não ligação ao sistema viário, até então implantado na Amazônia.

Por outro lado, é possível constatar-se que, no leste paraense, juntamente com a ampliação da área de pastos naturais, sucederam-se plantios de gramíneas em grandes extensões, melhorando, conseqüentemente, a qualidade das pastagens. Assim é que o aumento destas foi da ordem de 677.898 hectares, dos quais 40,73% localizavam-se na Microrregião Guajarina. Este acréscimo vinculou-se, em especial, à implantação de projetos pecuários que contaram com o apoio de recursos financeiros subsidiados tanto para a formação de pastagens como para a aquisição de rebanho.

Vale considerar que, mesmo com estes incrementos, as pastagens artificialmente formadas já eram, em 1970, espacialmente superiores às naturais. Não se coaduna, neste contexto, a Microrregião Araguaia Paraense, cujos pastos nativos, em função das condições naturais que sempre favoreceram o desenvolvimento de manchas de gramíneas e vegetação de baixo porte, ocupavam maiores extensões que os plantados. Entretanto, estes últimos ampliaram-se rapidamente, no quinquênio, superando os naturais, cujas variações absolutas foram respectivamente de 272.567 hectares e 199.112 hectares (Tabela 2).

Ao se avaliar a lotação dos pastos, em 1970 e 1975 (Tabela 2), através da relação de unidade animal por hectare de pastagem, ficou configurado que a orientação implimida pela SUDAM nos projetos por ela aprovados, no sentido de se colocar menos de uma cabeça por hectare de pastos se manteve no leste paraense, área de maior concentração dos projetos pecuários. Dentro desta ótica, é possível afirmar-se que a orien-

tação imprimida à pecuária foi no sentido de conduzi-la dentro de um sistema extensivo modernizado, com a introdução de novas forrageiras, aquisição de reprodutores e de matrizes melhoradas, principalmente das raças indianas, Gir e Nelore, emprego de medicamentos e complementação alimentar previstas na dotação dos recursos financeiros, por ocasião da aprovação dos projetos. Os dados censitários de 1970 e 1975 mostraram que as despesas com alimentação e trato dos animais por unidade de rebanho bovino apresentaram maiores acréscimos nas áreas onde predominava uma finalidade mista (corte e leite) — Médio Amazonas e Belém — e naquelas de maior incentivo à pecuária.

TABELA 2

ÁREA DE PASTAGENS E LOTAÇÃO DOS PASTOS — 1970-1975

UNIDADES DE OBSERVAÇÃO	PASTAGENS (ha)				LOTAÇÃO DOS PASTOS	
	Naturais		Plantadas		Unidade animal ⁽¹⁾ ÷ total de pastos	
	1970	1975	1970	1975	1970	1975
BRASIL	124 406 233	125 950 884	29 732 296	39 701 366	0,58	0,69
Região Norte.....	3 790 345	3 708 446	637 771	1 572 944	0,46	0,47
Rondônia (01).....	82 186	80 046	41 006	164 524	0,22	0,26
Acre.....	41 098	53 891	22 256	70 113	1,30	1,04
Alto Juruá (02).....	7 441	10 204	2 856	9 169	2,16	1,10
Alto Purus (03).....	33 657	43 787	19 400	60 994	1,14	1,03
Amazonas.....	160 914	120 535	81 327	71 650	1,15	1,07
Alto Solimões (04).....	400	1 841	2 173	416	2,33	1,86
Juruá (05).....	5 158	2 189	3 551	1 549	0,88	1,60
Purus (06).....	2 988	7 921	5 011	4 886	0,66	0,35
Madeira (07).....	899	8 439	584	2 179	2,65	0,26
Rio Negro (08).....	414	40	406	191	1,07	2,00
Solimões Japurá (09).....	3 390	2 015	1 432	447	1,37	1,19
Médio Amazonas (10).....	147 165	98 091	68 170	62 183	1,15	1,16
Roraima (11).....	1 125 069	1 325 533	21 965	27 635	0,23	0,20
Pará.....	2 072 832	1 807 051	467 848	1 230 139	0,48	0,54
Médio Amazonas Paraense (12).....	190 914	205 458	60 255	83 756	1,10	0,78
Tapajós (13).....	6 745	867	4 224	7 432	0,57	0,50
Baixo Amazonas (14).....	481 173	90 279	18 074	29 090	0,13	0,52
Xingu (15).....	829	1 381	3 888	13 391	0,85	0,64
Furos (16).....	48 684	15 710	3 034	12 111	0,77	0,40
Campes de Marajó (17).....	1 169 758	990 397	17 380	11 520	0,44	0,53
Baixo Tocantins (18).....	4 615	15 457	3 554	10 660	0,74	0,24
Marabá (19).....	402	3 932	88 328	208 120	0,83	0,58
Araguaia Paraense (20).....	128 192	327 304	85 938	358 505	0,24	0,35
Tomé-Açu (21).....	960	6 052	3 149	29 614	0,56	0,36
Guajará (22).....	13 430	77 802	165 200	441 336	0,63	0,65
Salgado (23).....	5 216	11 501	1 894	1 724	0,94	0,59
Bragantina (24).....	15 189	47 996	11 457	18 928	1,35	0,65
Belém (25).....	1 758	1 186	848	1 069	0,83	1,21
Viseu (26).....	4 938	11 629	525	2 883	1,51	0,61
Amapá.....	308 248	341 290	3 368	8 733	0,23	0,22
Macapá (27).....	193 425	127 393	2 602	6 716	0,13	0,25
Amapá e Oiapoque (28).....	114 822	213 897	766	2 018	0,41	0,20

FONTE — Censo Agropecuário 1970 e 1975, IBGE.

(1) Bovinos + bufalinos + cavalos + mular + asininos = 1
 Ovinos + caprinos = 0,25

O sudoeste amazônico constitui juntamente com o leste paraense as áreas que sofreram recentes transformações na pecuária onde, ao lado da acentuada variação absoluta do rebanho bovino ocorreram igualmente mudanças no sistema criatório.

Esta rápida multiplicação do efetivo de bovinos foi consequência da recente penetração do ramo ocidental da frente de pecuária, procedente da Região Centro-Oeste, que foi impulsionada pelos incentivos governamentais e pela mudança de acessibilidade — construção da Brasília-Acre e da Transamazônica. O efeito conjugado desses fatores induziu a mudanças da estrutura econômica extrativista e produziu uma nova forma de organização espacial, com a substituição da coleta pela pecuária, em face da valorização do gado de corte para o abastecimento dos centros urbanos. Assim, as Microrregiões Alto Purus, Rondônia e Purus, que em 1970 abrigavam um rebanho de apenas 79.202 cabeças passaram a ter, dez anos após, 527.736, aumentando a participação relativa no rebanho regional de 4,65 para 13,43%. Paralelamente verificou-se a ampliação da área de pastos que no primeiro quinquênio foi de 157.860 hectares, sendo que a dos pastos plantados triplicou no mesmo período. A parcela ocupada pelas pastagens no interior dos estabelecimentos cresceu de 2,97%, em 1970, para 4,67% cinco anos após. Com isto, a lotação dos pastos aumentou de 0,43% para 1,78 cabeças por hectare (Tabela 2).

A organização espacial resultante mostrou padrões diferenciados, em função dos graus de acessibilidade e permitiu distinguir as microrregiões conectadas ao espaço econômico daquelas a serem incorporadas. De fato, a Microrregião Rondônia ao receber estímulos semelhantes às áreas do leste paraense foi a que se destacou como a de maior crescimento da área de pastagem (82,29%) no período de 1970 e 1975 e do efetivo de bovinos (90,70%) durante o decênio.

Enquanto isso a Microrregião Purus, situada à retaguarda do eixo de penetração da Região Centro-Sul do País, servida pela Transamazônica e de menor incremento de bovinos, destacou-se, tão somente, pela ampliação das áreas dos estabelecimentos, denotando, portanto, um fraco nível de aproveitamento das terras, em um contexto de especulação fundiária.

Quanto às Microrregiões Alto Purus e Alto Juruá, de ocupação mais antiga e caracterizadas por uma estrutura produtiva calcada no extrativismo da borracha, vêm sofrendo desde a década anterior uma reestruturação na organização agrária, vinculada à venda das terras a empresários do Sul do País para a implantação de grandes empresas agropecuárias. Esta substituição de atividade foi mais acentuada na Microrregião Alto Purus, de maior grau de acessibilidade, onde se verificaram aumentos mais significativos do efetivo de bovinos e de área de pastagens.

No que se refere às áreas tradicionalmente voltadas à pecuária como as Microrregiões Rondônia, Campos de Marajó, Médio Amazonas e Baixo Amazonas, notoriamente concentradoras de consideráveis efetivos do rebanho bovino regional, passaram a formar uma continuidade espacial, com a área pecuarista do leste paraense. O criatório bovino, nestas áreas tradicionais, estava ainda no início da década de 70, calcado nas pastagens naturais que equivaliam a 94,66% da área total de pastagens. As plantadas correspondiam apenas a 5,34% e estavam concentradas nas Microrregiões Médio Amazonas e Médio Amazonas Pa-

raense. No final do primeiro quinquênio, estas Microrregiões eram as que se destacavam pelas maiores extensões de pastos plantados, embora o desenvolvimento destes sofresse restrições devido a fatores limitantes, decorrentes das inundações periódicas. Com relação aos pastos naturais ficou configurado no período de 1970 e 1975 uma redução de 300.289 hectares ao qual se opôs um acréscimo de 33.735 hectares nos plantados. Apesar dessa diminuição, o rebanho acusou um acréscimo de 204.646 cabeças durante a década. Porém, devido ao grande aumento do rebanho regional, observou-se uma redução relativa do efetivo de bovinos desta área que, em 1970, equivalia a 72,44% passando a representar, em 1980, 36,48%. Vale ressaltar que a Microrregião Campos de Marajó vem apresentando uma perda gradual do número e da importância relativa do seu rebanho bovino, pois, no início da década as 435.607 cabeças, que correspondiam a 26,11% do rebanho bovino amazônico, diminuíram para 427.643 em 1980, o equivalente a 10,13% do rebanho regional. Situação idêntica foi verificada também nas microrregiões amapaense onde a redução de bovinos foi de 29,10%, passando de 64.990, em 1970, para 46.069 cabeças no final da década. Estes números indicaram que o referido rebanho seguiu um comportamento inverso ao verificado a nível regional.

As inundações e a má drenagem dos solos, dificultando a formação dos pastos plantados e a expansão dos naturais, foram os principais fatores que inibiram o desenvolvimento desta atividade nas referidas microrregiões. Em vista destes fatores, deu-se a introdução de bufalinos que, por sua natureza anfíbia, se adaptam às inundações periódicas buscando o alimento no fundo das várzeas alagadas. Assim, o rebanho de bufalinos cresceu de 42.022 para 52.021 cabeças, em Campos de Marajó e, de 3.692 para 11.782 cabeças no Território do Amapá, no período de 1970 e 1975, o que vem indicar uma preferência dos criadores por estes animais e uma tendência à substituição do criatório bovino. Esta preferência, do ponto de vista econômico, se justifica pela grande capacidade de reprodução deste animal, pela sua precocidade em ganhar peso e ainda pelo aproveitamento do leite para a indústria de laticínio. A importância que vem assumindo este rebanho pode ser aquilatada através do estímulo governamental que também se direcionou para a criação de búfalos.

Nesta área tradicional de pecuária não se observaram, no primeiro quinquênio, melhorias no sistema criatório, o qual se mantinha com uma baixa capacidade de lotação dos pastos, em torno de 0,40 cabeças por hectare (Tabela 2). Dentro desta área, destacava-se a Microrregião Médio Amazonas, onde a lotação dos pastos era sensivelmente superior, atingindo 1,15 cabeças por hectare. Esta lotação espelha a alteração na finalidade do rebanho onde o gado leiteiro, embora minoritário, correspondia a 25.866 cabeças ou seja 14,11% do efetivo microrregional de 1975. Esta relativa concentração do gado leiteiro responde, por sua vez, pelo aumento nas despesas com a alimentação e os tratamentos de animais que se mostraram comparativamente mais elevados do que no restante das microrregiões desta área. Assim, a permanência desta atividade, praticada em áreas desfavoráveis e de modo super-extensivo, com o gado apresentando reduzido porte, pequeno desfrute e baixo grau de miscigenação com raças melhoradas, se justifica, em função da demanda dos mercados de Belém e Manaus.

Dentro do contexto do crescimento diferenciado do efetivo de bovinos na Região Norte, é possível distinguir-se uma terceira área situada

a oeste do Estado do Amazonas, composta pelas Microrregiões Alto Solimões, Madeira, Juruá, Rio Negro e Solimões-Japurá, além da Micro Tapajós no Estado do Pará, as quais tinham, como traço comum, um contingente numericamente inexpressivo de 30.221 cabeças o que correspondia a 1,77% do efetivo regional de 1970. No final da década, este rebanho, apesar de ter acusado uma variação absoluta de 17.197 cabeças, reduziu a sua participação relativa no conjunto regional para 1,20%. Este fato se explica, até certo ponto, pelas condições ambientais dominantes na área, pois as várzeas alagáveis durante grande parte do ano reduzem a capacidade destas áreas para exploração pastoril. Por outro lado, as partes elevadas, por serem passíveis de condicionar processos erosivos, têm reduzidas as possibilidades de aproveitamento pecuário.

Com relação às pastagens, se verificou uma ampliação dos pastos naturais, e uma tendência à estabilização dos plantados, no final do primeiro quinquênio. Como neste ínterim assistiu-se, na área em questão, a uma redução no efetivo de bovinos deu-se, em consequência, uma diminuição na lotação dos pastos que de 1,07 caiu para 0,68 cabeças por hectare (Tabela 2). Quando se consideram as microrregiões, fica patenteada a ocorrência de dois comportamentos opostos, pois, enquanto na Micro Madeira houve uma ampliação de 4.808 hectares das pastagens no primeiro quinquênio, nas demais foram acusados decréscimos. Tal fato se prendeu à implantação de projetos pecuários nesta Microrregião, privilegiando os pastos plantados e a própria ampliação da área dos estabelecimentos, que foi responsável pela incorporação de pastagens naturais. Como consequência, assistiu-se a um aumento na proporção de pastos naturais sobre o total das pastagens e, como a evolução do rebanho não acompanhou o mesmo ritmo, verificou-se uma redução na lotação dos pastos de 2,65 para 0,26 cabeças por hectare. Tem-se, portanto, um indicativo de que a ampliação acentuada da área dos estabelecimentos, nesta Microrregião, se fez de forma improdutiva permanecendo a terra como reserva de valor.

De um modo geral, no oeste da Amazônia, a atividade criatória não se reveste de importância econômica participando apenas como meio de subsistência e não como atividade principal. Este fato se prende às condições ambientais dominantes na área, que não viabilizam a expansão dos pastos plantados, pois o excesso de umidade do solo reduz o poder germinativo das sementes das forrageiras, limitando a exploração racional da pecuária. Por outro lado, a precariedade das vias de transporte rodo-hidroviário — alguns rios por ocasião da vazante não permitem a navegação de navios de grande calado — e a própria distância aos centros consumidores desestimulam, no momento, a exploração racional da pecuária concorrendo para torná-la um sistema rústico de criação. Assim, o isolamento da área ocidental da Amazônia tornou-a menos atrativa a empresários e pequenos produtores, mantendo-a, ainda na década de 70, economicamente vinculada ao extrativismo.

A atividade pecuária da Amazônia, no primeiro quinquênio da década de 70, é ainda praticada sob um sistema criatório extensivo, apesar da estratégia governamental imposta para a Região ter sido alicerçada no desenvolvimento da agropecuária, enfatizando o criatório bovino. Entretanto, algumas alterações vêm ocorrendo e de forma mais visível no leste e sudeste do Estado do Pará e nas Microrregiões Rondônia e Alto Purus, onde se concentrou maior número de projetos pecuários.

2.2.2 — As lavouras

A evolução recente das lavouras na Região Norte individualizou-se por um grande impulso, visando melhorar a capacidade de suprir as necessidades regionais e gerar excedentes, que ampliassem a sua participação nos mercados internos e externos. A forma como se deu esta evolução foi caracterizada pelas incorporações de terras e de equipamentos à produção, evidenciando, portanto, transformações na atividade, agrária.

Assim, a área das lavouras que, em 1970, era de 617.131 hectares apresentou, no final da década, uma incorporação de 1.146.382 hectares, tendo praticamente triplicado a sua participação na área total dos estabelecimentos. O segmento das lavouras temporárias foi o que mais se destacou, ao acusar uma ampliação de 723.522 hectares. Entretanto, as lavouras permanentes foram as que apresentaram, no decênio, maior variação relativa ao crescerem 319,46%. Tal variação resultou principalmente de uma política de incentivos elaborada para o setor agrícola, escudada em uma sólida pesquisa agrônômica, já desenvolvida para algumas culturas como a pimenta-do-reino, cacau e seringueira, que permitia cultivá-las, com uma margem de relativo sucesso, nas condições ecológicas dominantes na Amazônia. A expansão das atividades agrárias se fez acompanhar de um aumento no número de tratores, que de 1.127 foi elevado para 5.825, na década considerada. Com esta difusão, a área de lavouras servida por um trator foi reduzida de 548 para 303 hectares. Estas alterações não foram, contudo, suficientes para elevar a Região ao padrão nacional que foi, em 1980, de um trator para cada 90 hectares de lavouras, evidenciando, assim, que o processo produtivo regional permaneceu com um baixo nível de mecanização. A ampliação do emprego de tratores se verificou de forma mais intensa nas áreas de lavouras comerciais e na de implantação de projetos agropecuários.

A participação das lavouras no contexto regional foi crescendo de importância e permitiu o aparecimento de formas diferenciadas de crescimento espacial. Estas diferenciações se refletiram na atuação de fatores de ordem político-econômica que ao assumir graus variáveis de magnitude minimizaram, ou não, os efeitos dos fatores físicos. Assim, na medida em que os impulsos foram sendo dados pelo Governo, através da implantação de uma estrutura creditícia, amparo tecnológico e de armazenagem, além da promoção de mudanças no nível de acessibilidade, eles se tornaram os responsáveis pela introdução de uma agricultura mais moderna, pela incorporação de novas áreas produtivas ao sistema econômico nacional. Enquanto isto, as áreas não privilegiadas pela política agrícola governamental foram caracterizadas por uma fraca penetração do capital no campo, o que se refletiu num incipiente grau de tecnificação das lavouras as quais, por isto, mantiveram-se extremamente dependentes das condições ambientais. Nestas áreas o sistema agrícola continuou itinerante com base no trabalho manual, no uso de queimadas e na fertilidade natural dos solos.

Assim, a expansão das lavouras na Região Norte foi mais acentuada nas áreas de recente introdução de atividade agropecuária modernizada, do leste paraense e do sudoeste da Amazônia, como também naquelas de atividade agrária tradicional das Microrregiões Baixo Amazonas, Médio Amazonas e Roraima. Durante a década houve uma acentuada variação absoluta da área de lavouras e, ao mesmo tempo,

uma maior participação dessa área na superfície total de lavouras da Região Norte (Mapa 5) as quais prenderam-se tanto à fixação de empresários, objetivando difundir e ampliar novas culturas, ou expandir as antigas em moldes capitalistas, como também à expansão das culturas alimentares, desenvolvidas pelos pequenos produtores que se localizaram na área, de forma espontânea, ou através dos projetos de colonização. Um outro impulso dado às lavouras prendeu-se ao cultivo em terras mais férteis decorrentes de afloramentos de rochas basálticas, até então recobertas pela floresta, mas que após o desbravamento passaram a ser incorporadas às áreas produtivas. Nesta área, as lavouras deixaram de ocupar uma posição de atividade marginal, onde o extrativismo era até então a atividade geradora de recursos, para comporem juntamente com a pecuária o setor dinâmico da economia regional. Na realidade, a agricultura que vem sendo desenvolvida visa tanto o mercado regional como o internacional.

A implantação das lavouras comerciais se fez acompanhar de um pacote tecnológico que buscava elevar os níveis de produtividade tornando-os competitivos com os alcançados a nível nacional. Entre os itens de modernização contidos neste pacote, o trator foi um dos que apresentou maior difusão, concorrendo para concentrar, nestas áreas, as maiores variações absolutas de tratores (Mapa 6).

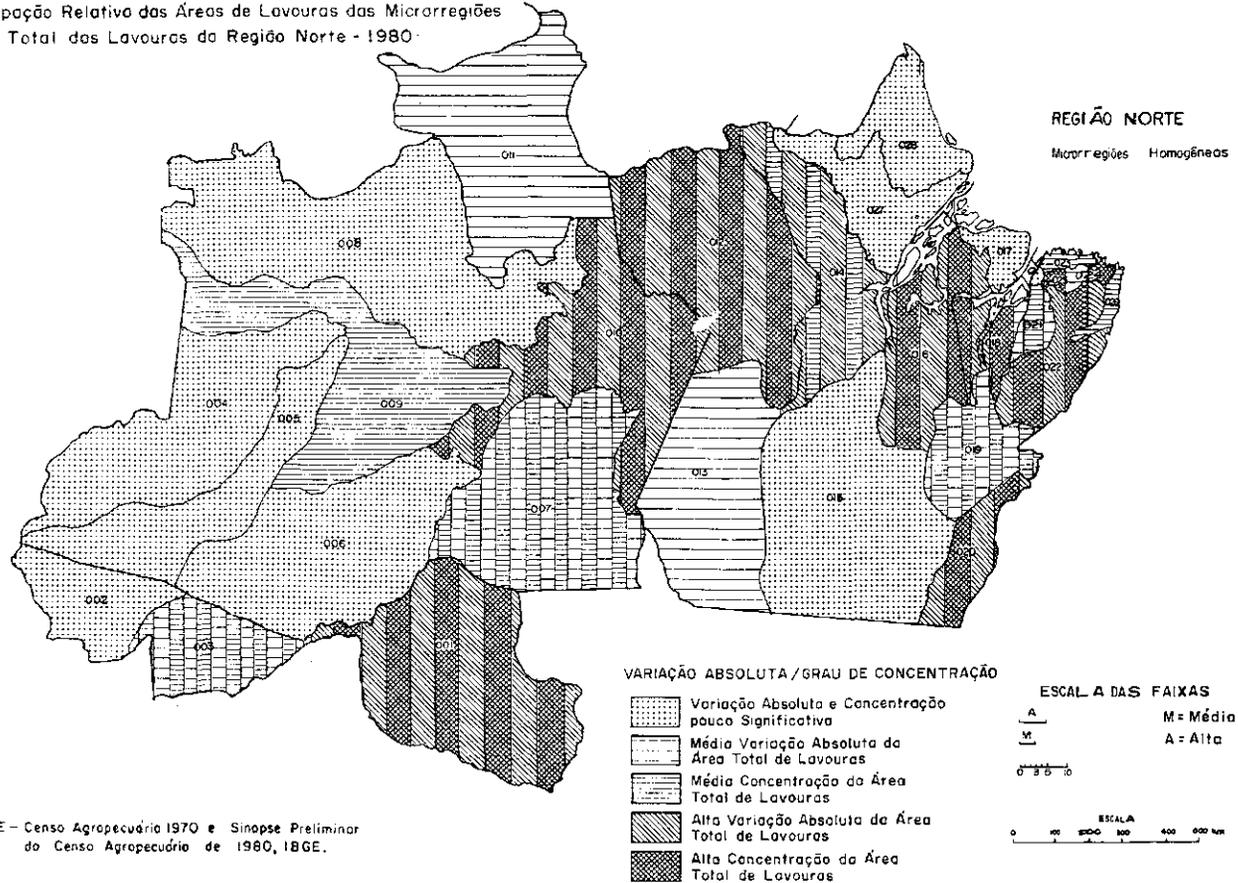
O processo de tecnificação em curso vem se fazendo em escala crescente, acompanhando a tendência observada a nível nacional, pois a relação do número de estabelecimentos servidos por trator demonstrou que a adoção deste item de modernização se fez através dos incentivos concedidos pelo Governo, uma vez que as áreas concentradoras de maior número de grandes projetos agropecuários, ou as que sediaram a implantação do Programa de Lavouras Seleccionadas⁶, foram as mais beneficiadas (Mapa 7).

Por conseguinte, nestas áreas (leste paraense, sudoeste da Amazônia, baixo e médio vales do rio Amazonas e Território de Roraima) estavam concentrados cerca de 96,84% dos tratores existentes na Região Norte, em 1980, dos quais, 21,68% localizavam-se na Microrregião Tomé-Açu. Esta elevada participação relacionou-se à expansão das lavouras comerciais que se destinam ao mercado internacional como a pimenta-do-reino e cacau. Verificou-se ainda uma baixa relação da área de lavouras por trator indicando, dessa forma, que os cultivos aí praticados vêm sofrendo um processo de tecnificação. A multiplicação acentuada do número de tratores não se fez acompanhar da mesma intensidade observada com relação ao pessoal ocupado, pois, enquanto os primeiros cresceram em 422,80%, o número de pessoas ocupadas no setor agropecuário teve um acréscimo de 28,13% (Tabela 3). Estes diferentes ritmos de crescimento são indicativos da maneira como vem ocorrendo a ocupação do espaço amazônico, notadamente porque esta área foi a mais beneficiada pelos grandes projetos agropecuários. Convém frisar, entretanto, que a ocupação do espaço agrário nem sempre foi calcada na implantação de projetos produtivos, sendo a especulação fundiária a forma dominante. Assim, os estabelecimentos têm uma baixa capacidade de absorção da mão-de-obra, seja por empregarem a

⁶ Este Programa objetivava a implantação em moldes modernos principalmente de lavouras permanentes com base agrônômica segura e aceitação nos mercados internos e externo (dendê, pimenta-do-reino, cacau, borracha) e temporárias com condições satisfatórias de mercado (arroz, cana-de-açúcar).

ÁREAS DE LAVOURAS

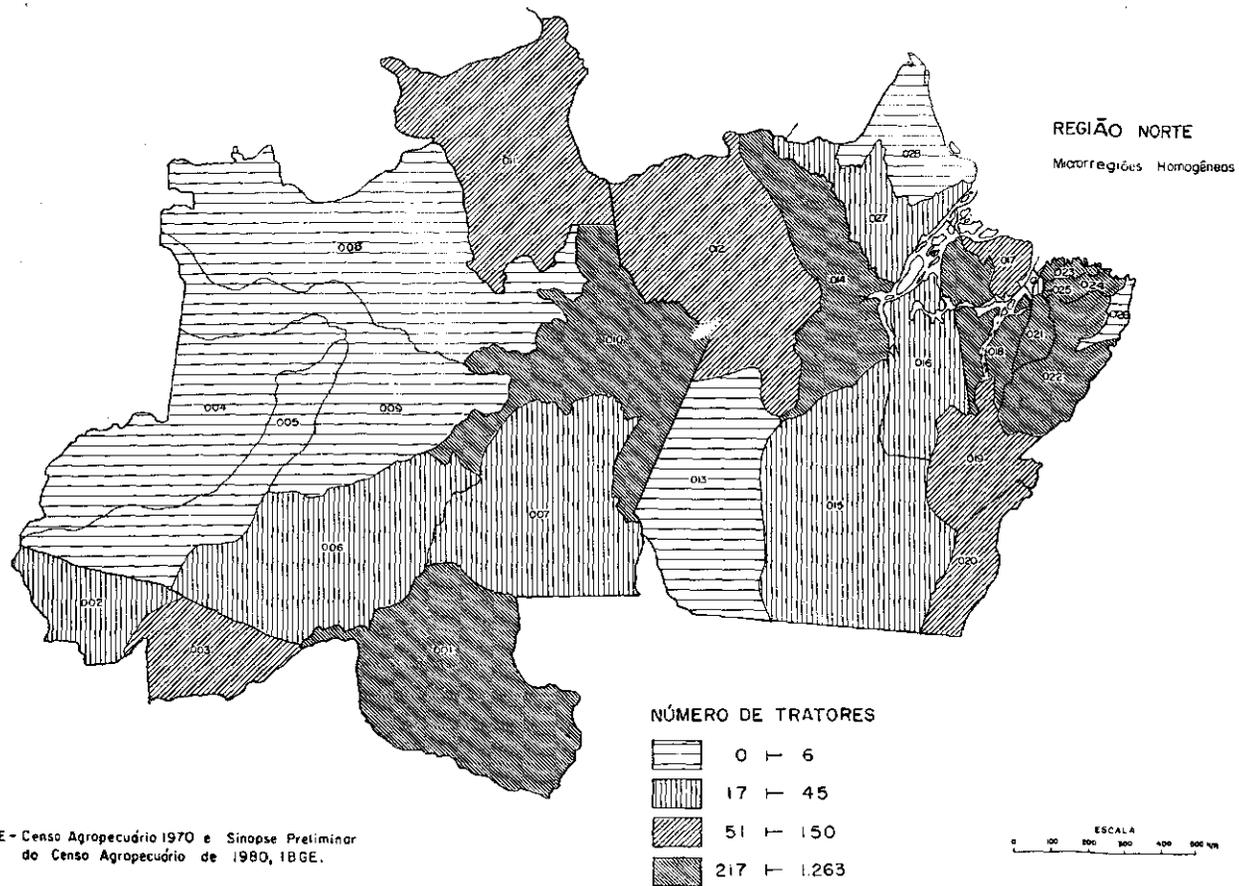
Varição Absoluta - 1970-1980
e Participação Relativa das Áreas de Lavouras das Microrregiões
na Área Total das Lavouras da Região Norte - 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 5

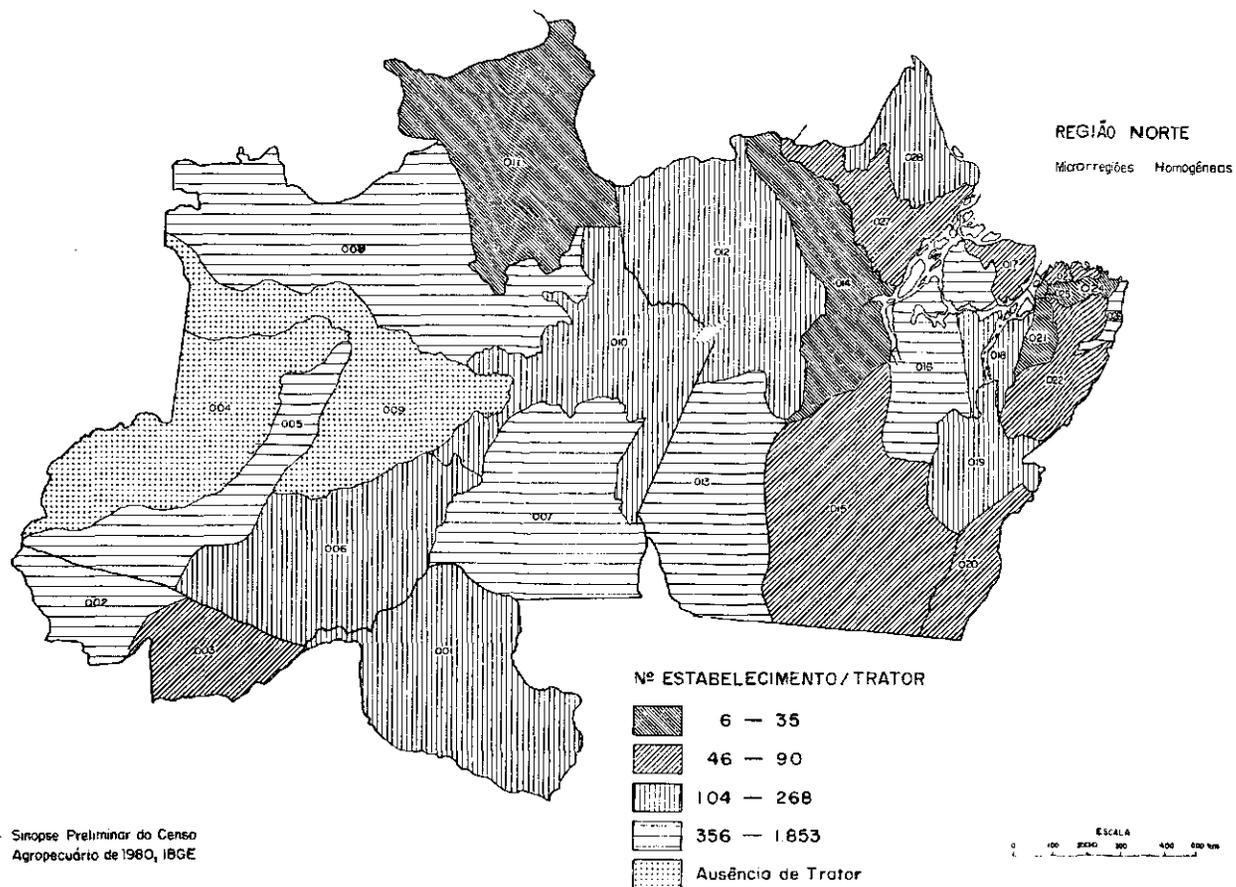
VARIAÇÃO ABSOLUTA DO NÚMERO
DE TRATORES - 1970 - 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Síntese Preliminar
do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 6

GRAU DE MECANIZAÇÃO - 1980



FONTE - Síntese Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE

MAPA 7

mecanização, seja pelo caráter extensivo com que são praticadas as atividades agropecuárias ou ainda pelo reduzido grau de utilização das terras, uma vez que, em 1975, apenas 29,46% da área total dos estabelecimentos da Região Norte apresentaram uso produtivo.

TABELA 3

PESSOAL OCUPADO NO SETOR AGROPECUÁRIO — 1970-1980

UNIDADE DE OBSERVAÇÃO	PESSOAL OCUPADO								
	Total			Variação absoluta			Variação relativa (%)		
	1970	1975	1980	1970-75	1975-80	1970-80	1970-75	1975-80	1970-80
BRASIL	17 582 089	20 345 692	21 109 890	2 763 603	764 198	3 527 801	15,72	3,78	20,06
Região Norte.....	934 024	1 412 647	1 769 757	478 623	357 110	835 733	51,24	25,28	89,48
Rorônia (01).....	20 563	103 992	176 936	83 429	72 944	156 373	405,72	70,14	760,48
Acre.....	62 091	77 406	95 159	15 405	17 673	33 078	24,91	22,81	53,28
Alto Juruá (02).....	23 349	39 470	34 637	16 121	-4 833	11 288	69,04	-12,24	48,34
Alto Purus (03).....	38 732	38 016	60 522	-716	22 506	21 790	-1,85	59,20	56,26
Amazonas.....	283 326	415 457	455 594	132 131	40 127	172 258	46,84	9,66	60,80
Alto Solimões (04).....	21 073	46 506	52 721	25 433	6 215	31 648	120,89	13,36	150,18
Juruá (05).....	25 453	52 557	32 508	27 104	-20 049	7 055	106,49	-38,15	27,72
Purus (06).....	33 712	37 222	48 343	3 510	11 121	14 631	10,41	29,88	43,40
Madeira (07).....	23 430	34 092	48 449	10 662	14 357	25 019	45,51	42,11	106,78
Rio Negro (08).....	14 615	33 091	26 665	18 466	-6 416	12 050	126,35	-19,39	82,45
Solimões-Japurá (09)...	35 609	36 602	62 721	933	26 119	27 112	2,62	71,36	76,14
Médio Amazonas (10)...	129 434	175 397	184 177	46 963	8 780	54 743	36,51	5,01	42,29
Roraima (11).....	8 277	19 044	17 020	10 767	-2 024	8 743	130,08	-10,63	105,63
Pará.....	549 313	777 860	1 010 560	228 347	232 900	461 247	41,57	29,95	83,97
Médio Amazonas Paraense (12).....	94 950	103 960	136 569	9 010	32 609	41 619	9,49	31,37	43,83
Tapajós (13).....	6 682	11 604	25 545	4 922	13 941	18 863	73,66	120,14	282,30
Baixo Amazonas (14)....	10 830	28 530	36 722	17 700	8 192	25 892	163,43	28,71	239,08
Xingu (15).....	5 284	9 668	15 782	4 384	6 114	10 498	82,97	63,24	188,68
Furos (16).....	41 849	61 575	101 131	19 726	39 556	59 282	47,14	64,24	141,66
Campos de Marajó (17)...	15 339	30 914	29 051	15 575	-1 863	13 712	101,54	-6,03	89,39
Baixo Tocantins (18)....	103 889	132 868	148 993	28 979	16 125	45 104	27,89	12,14	43,42
Marabá (19).....	19 391	38 414	47 812	19 023	9 368	28 421	98,10	24,47	146,57
Araguaia Paraense (20)...	12 165	25 355	58 303	13 190	32 948	46 138	108,43	129,95	379,27
Tomé-Açu (21).....	19 353	34 455	54 089	15 102	19 634	34 736	78,03	56,68	179,49
Guajará (22).....	65 078	95 381	111 870	30 303	16 489	46 792	46,56	17,29	71,90
Salgado (23).....	52 801	69 216	68 865	16 315	-351	15 464	30,84	-0,51	30,18
Bragantina (24).....	77 615	102 084	119 785	24 469	17 701	42 170	31,53	17,34	54,33
Belém (25).....	9 347	8 391	7 468	-956	-923	-1 878	-10,23	-11,00	-20,10
Viséu (26).....	14 640	25 245	48 575	10 605	23 330	33 935	72,44	92,41	231,80
Amapá.....	10 464	19 008	14 488	8 544	-4 510	4 034	81,66	-23,73	36,55
Macapá (27).....	7 638	13 841	11 238	6 303	-2 703	3 600	82,52	-19,39	47,13
Amapá e Oiapoque (28)...	2 826	5 067	3 280	2 241	-1 807	434	79,30	-35,66	15,36

FONTE — Censo Agropecuário 1970 e 1975 e Síncipe Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

Esta baixa capacidade de absorver mão-de-obra se expressa na relação entre pessoal ocupado por área das unidades produtoras, que foi, ao longo da década, de quatro pessoas por 100 hectares de estabelecimentos rurais.

A tecnificação do processo produtivo concorreu para que o setor agrícola regional passasse a ter maior importância econômica através da introdução e da expansão de algumas lavouras obedecendo ao zonea-

mento imposto pelo Programa das Lavouras Seleccionadas. Assim, algumas lavouras se destacaram pelo papel que passaram a assumir na pauta de exportações extra-regionais e internacionais. No caso específico da pimenta-do-reino a sua implantação, em moldes comerciais, iniciou uma nova fase na agricultura paraense, pois se fez acompanhar de uma racionalização do processo produtivo com o emprego de tratores, fertilizantes e práticas agrícolas especiais, propiciando o surgimento de uma agricultura intensiva. Iniciado o seu plantio na Microrregião Tomé-Açu teve a área cultivada expandida para as microrregiões próximas, acompanhando o traçado das Rodovias Belém-Brasília e Belém-São Luís (Mapa 8). Apesar do risco de perda que envolve os pimentais (aparecimento de fungos e pragas) esta lavoura apresentou um acentuado incremento, pois a sua produção quase quadruplicou no decênio, passando de 15.070 para 58.537 toneladas.

Vale salientar que, no final da década de 70, a produção atingiu volumes superiores à demanda do produto nos mercados nacional e internacional, o que levou a um redirecionamento da política agrícola, visando a cercear a expansão dos plantios através da redução de financiamentos. Esta orientação, determinada pela limitação do mercado internacional em absorver toda a produção, conduziu, conseqüentemente, à formação de grande estoque.

A manutenção do sistema de exploração dentro dos moldes modernos estendeu-se às espécies nativas que passaram a ser cultivadas e que vêm ganhando importância econômica, destacando-se entre elas as do cacau, seringueira e guaraná. As exigências agronômicas destas culturas concorreram para que elas se concentrassem em áreas aptas, previamente seleccionadas. Quanto ao cacau, as áreas concentradoras ficaram restritas principalmente às Microrregiões Rondônia, Baixo Tocantins e Tomé-Açu, cuja orientação ao cultivo foi direcionada pelo Programa de Implantação da Cacaicultura sob a coordenação do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Úmido (CPATU) e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Tal Programa incluía técnicas agrícolas modernas, variedades mais resistentes e rentáveis objetivando ampliar o leque de opções de produtos tropicais no mercado. Diante disto, a área colhida do cacau na Amazônia que em 1975 era de 9.913 hectares, sofreu um acréscimo de 12.429 no quinquênio ao passar para 22.342 hectares. Entretanto, apesar dos estímulos recebidos, a produtividade em 1980, que era de 242 quilograma por hectare mostrava-se inferior à obtida no Estado da Bahia: 690 quilograma por hectare.

No que se refere às lavouras temporárias voltadas à comercialização, sobressaem as do arroz, da juta e da malva, desenvolvidas ao longo das várzeas dos rios amazônicos.

Em termos espaciais, a lavoura do arroz supera a das demais culturas na Região Amazônica em 1980 (Mapa 8), assumindo aspecto de monocultura nas Microrregiões Xingu, Tapajós e Baixo Amazonas. Entretanto, por ser cultivado principalmente por produtores de baixa renda, ou ainda, por estar vinculado à fase que precede a implantação de pastos formados, não se verificaram melhorias acentuadas nas técnicas empregadas no seu plantio. Estes fatos são refletidos nos baixos índices de produtividade quando comparados ao da média nacional. No caso do cultivo deste produto ser realizado em áreas de projetos, cujas execuções foram aprovadas pela SUDAM, o seu plantio se faz com o

emprego de máquinas e insumos modernos e visa ao abastecimento de mercados regional e extra-regional.

Quanto à cultura da juta, esta vem sendo substituída gradualmente pela da malva devido aos aspectos técnico-econômicos que envolveram tanto a parte agrícola quanto a referente à comercialização. As causas de natureza agrônômica, que justificaram tal fato, prenderam-se à viabilidade do plantio da malva tanto em áreas de várzea como em terra firme. A menor duração do seu ciclo vegetativo permite efetuar a colheita antes da subida das águas, quando o seu cultivo é realizado na várzea, o que representa uma vantagem em detrimento da lavoura da juta. Com isto, enquanto a área colhida da juta se manteve estável entre os anos 1975-1980 a da malva apresentou um acréscimo mais sensível na Microrregião Médio Amazonas, passando de 4.158 para 10.488 hectares. A malva cultivada em terra firme vem sendo adotada como substitutiva do arroz na fase de formação de pastos, e foi esta variedade que teve maior expressão espacial durante o segundo quinquênio, nas Microrregiões Salgado, Bragantina e Viseu.

No que se refere às vantagens de ordem econômica, salientaram-se a redução do tempo de maceração, que é de cerca de dez dias enquanto o da juta é de 20 a 30 dias, e a qualidade superior da fibra que abre um leque de opções industriais ao seu emprego permitindo alcançar maior cotação no mercado. Além disto, emerge o próprio rendimento físico que, em 1980, foi de 1.095 quilograma por hectare ligeiramente superior ao da juta na Região Norte. Estas vantagens concorreram para que as referidas lavouras apresentassem um crescimento diametralmente oposto, durante o segundo quinquênio, pois, enquanto a da juta reduziu 1.474 hectares a da malva acrescentou 2.736 hectares.

A acentuada expansão das lavouras que ocorreu durante o decênio contribuiu para que as áreas do leste paraense, sudoeste da Amazônia, baixo e médio vales do rio Amazonas e o Território de Roraima, se tornassem as mais dinâmicas ocupando, portanto, uma posição privilegiada no conjunto regional.

A área não incentivada pela política agrícola do Governo, o oeste amazônico (Microrregiões Alto Juruá, Alto Solimões, Juruá, Purus, Rio Negro e Solimões-Japurá), surgiu como a de menor expressão espacial das lavouras. Esta área, caracterizada pela baixa ocupação humana, pela quase inexistência de uma infra-estrutura de transporte rodoviário e de apoio técnico-financeiro e pela distância dos centros decisórios, tanto regionais quanto nacionais, foi a que ofereceu menor alternativa de desenvolvimento. Diante disto, a agricultura é praticada em moldes tradicionais e o emprego de mecanização é pouco significativo. De fato, a elevada relação de estabelecimentos por trator (742) em 1980, (Mapa 7) colocou-a em uma posição de inferioridade, no conjunto da Região Norte, sendo que se registrou a inexistência desse implemento nas Microrregiões Alto Solimões e Solimões-Japurá. Contribuiu para mantê-la neste estágio a ausência de empreendimentos voltados à implantação da atividade agropecuária, em moldes modernos, que permitisse alargar o emprego de tecnologias intensivas em capital. Convém ainda ressaltar que o aumento do pessoal ocupado no setor agropecuário foi da ordem de 59,13%, sendo inferior ao verificado a nível regional. Isto revela o fraco desenvolvimento das atividades agrárias e a inexpressividade da população rural. As lavouras, desenvolvidas na área, tem como finalidade, em sua grande maioria, a subsistência do agricultor. No caso de

excedentes de produção, estes são trocados por gêneros de primeira necessidade em um comércio flutuante, denominado "regatão". Atrelado a este sistema de comercialização, onde o dono do regatão é o grande beneficiário, o produtor obtém ganhos insignificantes, que garantem apenas a sua sobrevivência e de sua família, impossibilitando-o, desta forma, de realizar investimentos no processo produtivo. Os excedentes ocorrem, usualmente, quando os cultivos são realizados em solos de várzea, mais férteis que os de terra firme, o que permite obter maior produtividade por um período de três anos. Após este período, inicia-se um declínio contínuo da produtividade induzindo o produtor à prática do sistema itinerante de roça, comum na Região Norte. Dentre as culturas mais usuais, na área em questão, emerge a da mandioca, especialmente mais importante, seguida do arroz, feijão e milho e excepcionalmente desenvolvem-se algumas lavouras comerciais como a da juta e a da malva. A cultura da mandioca aparece como a de maior abrangência espacial pois já era majoritária em 1975, e continuou a apresentar acréscimos substanciais, em sua área colhida, durante o quinquênio. Os acréscimos da produção estão mais relacionados à ampliação da área colhida do que mesmo ao emprego de fertilizantes e técnicas modernas. As demais lavouras — arroz, milho e feijão — embora tenham aumentado as suas áreas colhidas, são pouco significativas, uma vez que o seu somatório mantém-se inferior à área da mandioca. A Microrregião Alto Juruá que detinha, em 1975, mais de 3/4 de área cultivada com arroz e milho, perdeu durante o quinquênio esta elevada participação em consequência da expansão observada nas demais microrregiões, notadamente na Micro Purus. Apesar desta redução espacial, ela apresentou as maiores áreas cultivadas no oeste do Amazonas.

As lavouras comerciais da juta e da malva desenvolveram-se com expressão espacial nas Microrregiões Solimões-Jupurá e Purus. A melhor cotação no mercado e a presença de várzeas mais desenvolvidas concorreram para a expansão destas culturas, sendo que houve uma preferência pela malva, em detrimento da juta.

A pouca expressividade das lavouras alimentares é compreendida porque a agricultura, nesta área em exame, sempre foi uma atividade subsidiária do extrativismo, principalmente da borracha, castanha e madeira. De fato, o valor gerado pela atividade extrativa era de 54,89% do valor da produção extrativa e agropecuária, em 1975. Assim, o extrativismo ainda se mantém, neste trecho da Amazônia, como a atividade de maior expressão econômica.

3 — A ATUAL FORMA DE ORGANIZAÇÃO DA FRONTEIRA

Na análise sobre a evolução do setor agropecuário da Região Norte, na década de 70, se configuraram grandes transformações, em especial no que se refere à incorporação de espaços à área dos estabelecimentos. A forma e a velocidade como se deu essa incorporação de terras esteve referendada pela política econômica governamental, orientada de modo a propiciar a expansão agropecuária apoiada na empresa privada e nos investimentos nacionais e estrangeiros. Praticamente, iniciou-se a formação de um setor rural com o predomínio das atividades agropecuárias mercantis que passaram a se sobrepôr às atividades de subsistência. Manteve-se, simultaneamente, o setor extrativo, ampliando-se as opções

dos produtos explorados, criando-se empresas, notadamente voltadas para a exploração da madeira, e de minérios.

Sucedeu-se, desta forma uma intensa incorporação de terras a áreas dos estabelecimentos nem sempre absorvidas de modo produtivo. Recriou-se, de um lado, o latifúndio extrativista, agropecuário e agroindustrial sob nova modalidade, em função da qual a terra se transformou em propriedade privada, em mercadoria e passou a ser também utilizada como reserva de valor para futuras atividades econômicas ou especulações. De outro lado, desenvolveu-se a pequena propriedade, em menor proporção, através dos projetos de colonização dirigida, oficial e particular, além da ocupação espontânea. Tornou-se premente, para a instalação de grandes e médios projetos agropecuários, não só a privatização das terras devolutas, tribais e ocupadas mas a própria concentração da propriedade da terra. Estes dois aspectos significaram a expropriação dos pequenos produtores diretos, uma vez que estes, em face das exigências burocráticas e do preço elevado da terra, viam-se impedidos de realizar a legalização da sua posse devido à sua precária situação financeira. Diante desses impedimentos, desencadearam-se lutas pela posse da terra que assumiram, na maior parte das vezes, um caráter violento e sem perspectivas de soluções a curto prazo. Assim, de forma drástica ou não, estes produtores ao perderem o controle da sua posse, até então estabelecida, se transformam em assalariados, rurais ou urbanos, ou em alguns casos, conseguem atingir áreas mais distantes não dotadas de infra-estrutura de transporte e de apoio técnico-financeiro, mais voltadas ao extrativismo e, ainda, não atrativas aos empreendimentos agropecuários.

Assim, a política econômica do Governo, ao acabar conduzindo à concentração fundiária, mudou a dinâmica do processo de ocupação espontânea que, até então, se dava na Amazônia com a exploração de áreas devolutas por pequenos produtores sem terra, cuja forma de trabalho se centrava na unidade familiar e que haviam migrado de áreas-problema, em especial do Nordeste. Não resta dúvida de que o Governo também incentivou o assentamento de pequenos produtores, através da colonização oficial ou particular, porém não em intensidade suficiente para reduzir os problemas fundiários não só de outras regiões como os que passaram a surgir na Amazônia com a instalação dos latifúndios e/ou grandes empresas agropecuárias.

Esta situação tornou-se mais crítica ao se considerar a própria natureza da nova ocupação da Amazônia, que colocada tanto na implantação dos grandes projetos agropecuários, que visavam a modernização da agricultura, quanto na ocupação especulativa da terra, transformando-a em reserva de valor, veio contribuir para a redução da capacidade do setor agrícola de gerar empregos que conduz, conseqüentemente, à expulsão da população do campo.

A Amazônia é, assim, transformada em uma fronteira de desenvolvimento do capitalismo no instante em que a sua economia é impulsionada para articular-se com aquelas do Centro-Sul do País e do exterior.

O crescimento da agricultura, avaliado através do emprego da mecanização e de incorporação de novos espaços, mostrou diferenças espaciais acentuando os contrastes intra-regionais. As áreas onde o cresci-

mento se deu pela modernização⁷ do processo produtivo coincidiram com aquelas onde se verificou maior implementação dos projetos agropecuários. Três quartos das microrregiões foram afetados em maior ou menor intensidade por uma destas formas de crescimento.

A ausência do crescimento significativo da agricultura, com uma fraca integração ao espaço econômico, ocorreu em sete microrregiões (Mapa 9) sendo que as do Estado do Amazonas, vinculadas ao extrativismo, apresentaram pouco ou mesmo nenhuma incorporação de terras às áreas de seus estabelecimentos e mantiveram-se com uma produção agrícola pouco significativa em 1980. A produção das lavouras, voltada à subsistência, estava calcada na mandioca e o efetivo de bovinos, de raça cabocla, apresentava baixo crescimento.

Nas microrregiões amapaenses assistiu-se, também, à ausência de um crescimento significativo, mas seu espaço rural vem sendo gradativamente reestruturado em torno da criação de bufalinos. A estas Microrregiões acrescenta-se a Tapajós que se constituiu em um enclave entre áreas de crescimento horizontal e modernizado da agricultura. A localização em relação aos eixos viários contribuiu, sobremaneira, para que este conjunto de Microrregiões tivesse pouca participação tanto em termos de efetivo de bovinos, quanto na produção das lavouras, as quais permaneceram voltadas à subsistência, com base na produção de mandioca.

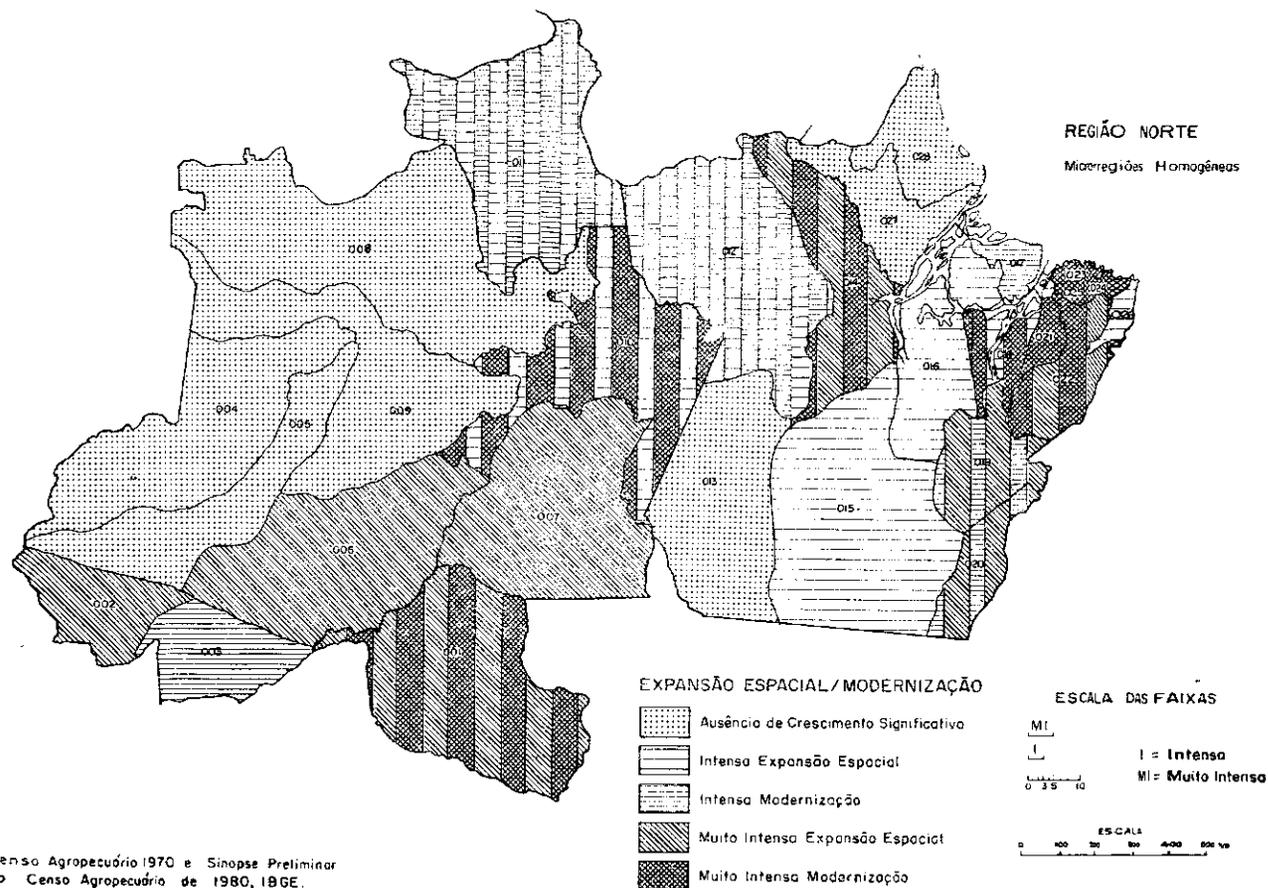
Este conjunto de Microrregiões, por ocasião da formulação do POLOAMAZÔNIA —, foi preliminarmente selecionado para a instalação de pólos de crescimento — Japurá-Solimões, Tapajós e Amapá — que, sob a supervisão da SUDAM, deveria ter um desenvolvimento integrado das potencialidades agropecuárias, agrominerais, florestais e minerais abrindo, desta forma, novas frentes de mercado externo. Entretanto, os efeitos sobre o crescimento da área ainda não puderam ser aquilatados devido ao reduzido número de projetos até então implantados, condicionando a frágil integração destas microrregiões à economia nacional.

O intenso crescimento observado nas 21 microrregiões, pela modernização e/ou expansão horizontal da agricultura, é o reflexo da convergência acentuada de recursos financeiros e creditícios que promoveram a expansão da área dos estabelecimentos agropecuários e a ampliação do número de tratores tanto em áreas de ocupação humana tradicional, quanto em áreas recém-desbravadas, em um processo de expansão do capitalismo.

A vinculação dessa recente expansão com o caráter subsidiado da agricultura, via implantação de projetos agropecuários, é sentida quando se verifica que há um paralelismo entre as microrregiões de maior número de projetos agropecuários (Mapa 10) implantados durante a década, e aquelas que apresentaram formas muito intensas de crescimento modernizado e/ou horizontal da agricultura. De fato, estas mi-

⁷ A incorporação de espaços superou a intensidade da modernização nas Microrregiões Araguaia e Marabá, a situação inversa se verificou nas Micro Médio Amazonas e Baixo Tocantins; enquanto o crescimento mais equilibrado (modernização e incorporação de espaços) se registrou de forma muito intensa nas Microrregiões Rondônia, Guajarina e Baixo Amazonas e de forma intensa nas Médio Amazonas Paraense e Roraima. Tendo em vista a limitação dos dados preliminares da Sinopse do Censo Agropecuário de 1980 que fornece apenas um dos indicadores do processo de modernização — o trator — este foi aqui interpretado como o elemento definidor da modernização da agricultura da Região Norte. Não define, portanto, este indicador, a modernização em seu sentido mais amplo.

FORMAS DE CRESCIMENTO DA AGRICULTURA - 1970 - 1980



FONTE - Censo Agropecuário 1970 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980, IBGE.

MAPA 9

corregiões concentraram-se na Amazônia Oriental, especialmente no Estado do Pará, incluindo aquelas próximas aos eixos rodoviários como também ao longo do vale do rio Amazonas, estendendo-se até o Território de Roraima e no sudoeste amazônico, nos Estados de Rondônia, Acre e Amazonas.

O crescimento da agricultura via incorporação de espaços se fez com diferentes graus de intensidade (Mapa 9). Identificou-se, inicialmente, Microrregiões de crescimento muito intenso da área dos estabelecimentos — Atlo Juruá, Purus e Madeira — com acréscimos superiores a 1.000.000 de hectares, os quais não foram suficientes para elevar de maneira significativa o grau de ocupação de seus territórios. Em função desses acréscimos, ocorreu um estímulo ao desenvolvimento das atividades agropecuárias em detrimento do extrativismo, sendo que entre as lavouras, o segmento das temporárias foi o que mais se evidenciou durante a década. É de se supor que parte do crescimento esteja relacionada a lavouras precursoras de formação de pastos, pois a pecuária também foi incentivada, tendo o efetivo de bovinos quase triplicado nesse espaço de tempo. Entretanto, os excedentes gerados no setor são dificilmente colocados no circuito de comercialização em face da incipiente infra-estrutura de transporte e de armazenagem, predominantes na área.

Destacam-se, ainda, no contexto do crescimento horizontal da agricultura, Microrregiões de intensa expansão espacial — Xingu, Purus, Viseu e Belém — que se distinguiram do conjunto anterior tanto pelo maior grau de ocupação de suas terras, quanto pela maior participação das lavouras na área dos estabelecimentos e do maior efetivo de bovinos. A lavoura do arroz surgiu como a de maior importância espacial, seguida pelas do milho e da mandioca e assumiu o aspecto de monocultura na Microrregião Xingu. A expansão desta lavoura se prendeu, tanto ao seu papel como cultura predecessora da formação de pastos como ao de lavoura comercial, quando vinculada a projetos implantados. A melhoria das condições de acessibilidade verificada em algumas localidades permitiu agilizar a colocação das safras agrícolas no circuito de comercialização e concorreu para que as lavouras como as da mandioca, milho, juta e banana fossem gradualmente substituídas pela do arroz. Assim, embora a cultura do arroz ainda se mantenha como de subsistência, em algumas áreas, a tendência na década foi a de torná-la lavoura voltada para o mercado. Dentro do contexto da concorrência, o arroz, contudo, perdeu espaço para a malva que desponta como a principal lavoura comercial na Microrregião Viseu. De fato, o seu melhor nível de acessibilidade contribuiu para a penetração da lavoura comercial e conduziu a um maior estreitamento das relações com os mercados externos.

Por outro lado, a Microrregião Xingu destacou-se entre aquelas de crescimento da agricultura via incorporação de espaços, devido à sua contigüidade com as mais dinâmicas, o que favoreceu para que nela se concentrasse maior número de projetos de natureza pecuária. Conseqüentemente, ocorreu uma melhoria na qualidade do seu rebanho.

Assim, vale considerar que apesar de as atividades agropecuárias terem alcançado um certo destaque, elas absorveram parcelas pouco significativas das áreas dos estabelecimentos. Com isto, o processo de incorporação de terras, em face dos volumosos acréscimos das áreas dos estabelecimentos, vinculou-se mais à especulação fundiária do que aos

usos produtivos do solo. Isto contribuiu para que as microrregiões de muito intensa e intensa incorporação de terras se caracterizassem como áreas de fronteira de ocupação especulativa, com um crescimento horizontal da agricultura.

As Microrregiões que apresentaram intensa modernização de agricultura localizaram-se na parte nordeste do Estado do Pará — Salgado, Bragantina, Tomé-Açu e Campos de Marajó —, às quais se acrescenta a Alto Purus, no Estado do Acre. Estas Microrregiões caracterizaram-se pela maior dotação em termos de infra-estrutura viária, estabelecendo ligações diretas aos centros regionais o que facilitou, não só a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, como também o escoamento da produção agrícola, ensejando o desenvolvimento de lavouras voltadas para os mercados locais já consolidados e para a exportação. A área total dos estabelecimentos agropecuários expandiu-se de forma a colocar estas microrregiões com os mais elevados graus de ocupação indicando, desta forma, que o processo de incorporação de terras encontrava-se em fase mais avançada. No que se refere aos usos produtivos estes tenderam a ampliar-se no interior dos estabelecimentos em face da implantação de projetos agropecuários, pecuários, de lavouras e mesmo agroindustriais (Mapa 10), concorrendo para acentuar a agricultura comercial e diversificar as atividades agrárias.

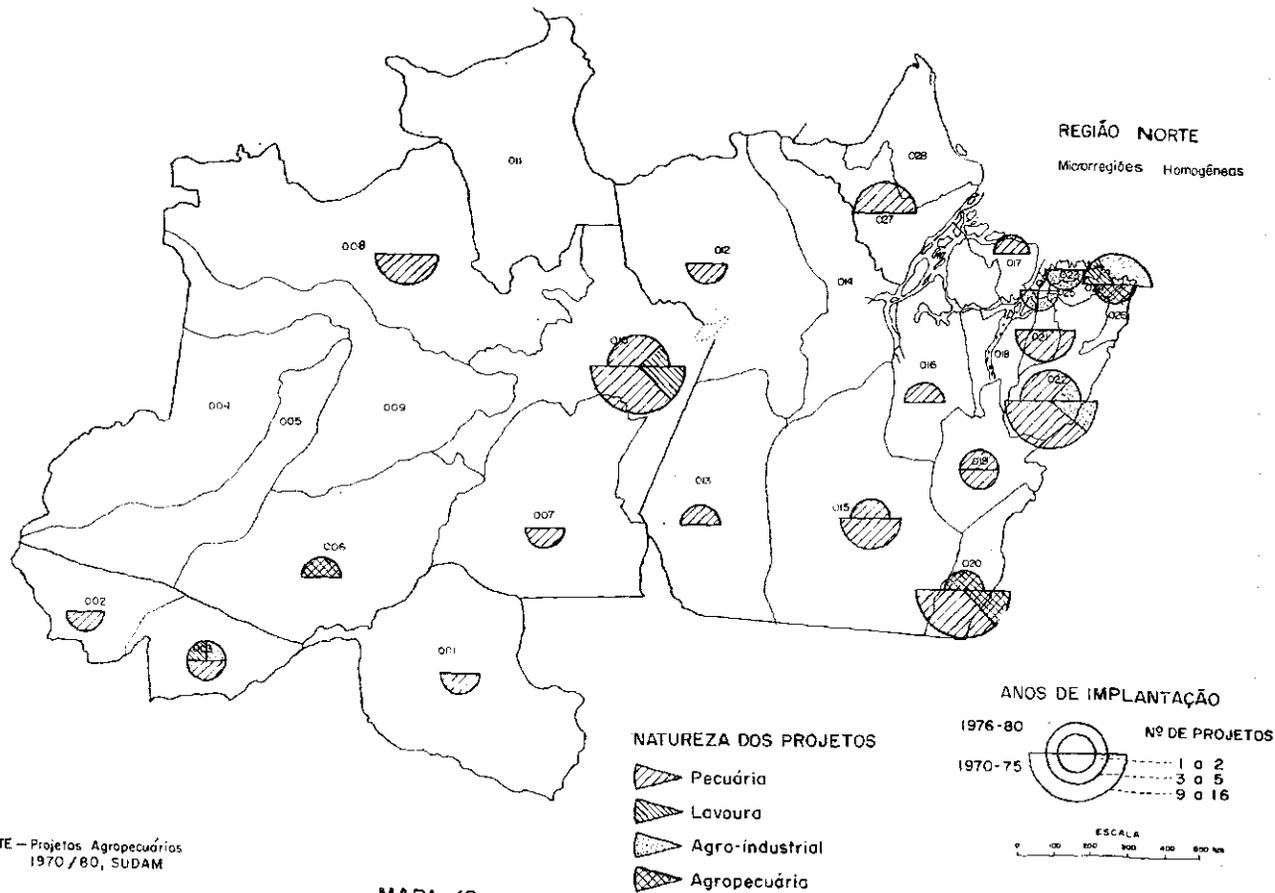
Assim, essa nova fase da agricultura se caracterizou pelo uso de máquinas e insumos modernos, viabilizada pela política de crédito rural, pois esta exigia, para a liberação de empréstimos, que uma parcela dos recursos fosse destinada à aquisição de tais insumos. A mecanização surge como um dos aspectos de modernização mais significativos na Amazônia, sendo a Microrregião Tomé-Açu a que apresentou o grau mais elevado de mecanização, com um trator servindo a seis estabelecimentos.

Além destas microrregiões de intensa modernização identificam-se as que se caracterizaram pelo crescimento combinado da agricultura, aliando a incorporação de terras à modernização do processo produtivo, o que permitiu identificar diferenciações espaciais segundo a magnitude de uma ou de ambas as formas de crescimento (Mapa 9).

O crescimento da agricultura através da modernização, neste conjunto de microrregiões, também esteve estreitamente relacionado à implantação dos projetos, que foi mais numerosa no primeiro quinquênio. Esta concentração temporal permitiu que o resultado destas implantações já se fizesse notar, no final do decênio, com as atividades desenvolvidas de modo a caracterizar este conjunto de microrregiões, como sendo as áreas de fronteira mais voltadas à produção agropecuária para atender à demanda dos mercados regionais e extra-regionais.

Assim, o modelo de crescimento da agricultura, baseado na modernização de caráter subsidiado e no estímulo às exportações, veio determinar que a Amazônia, região de baixos índices demográficos e com razoável potencial agropecuário, tenha direcionado o seu desenvolvimento de maneira a absorver reduzida parcela de população rural. De fato, a própria natureza da implantação de alguns projetos agropecuários que visavam, de um lado, a modernização da agricultura e, de outro, a ocupação especulativa da terra transformando-a em reserva de valor, concorreu para diminuir a capacidade de gerar novos empregos no setor agropecuário.

**PROJETOS AGROPECUÁRIOS IMPLANTADOS
PELA SUDAM - 1970-1980**



FONTE — Projetos Agropecuários
1970/80, SUDAM

MAPA 10

Diante disto, a Amazônia vem perdendo, de forma prematura, a função que lhe tem sido imputada de válvula de escape das tensões sociais de outras regiões brasileiras, a partir do momento em que o crescimento do setor agropecuário, calcado em um modelo pouco absorvedor de mão-de-obra, reduz a sua capacidade de fixar a população no campo.

RESUMO

A Amazônia, tradicionalmente uma região de extrativismo, passou a ter, ao longo dos anos 70, redefinido o seu papel na organização especial do País. Esta nova ótica alicerçava-se em uma política governamental que objetivava integrar a Amazônia ao sistema econômico brasileiro. A execução desses novos objetivos só se viabilizou mediante a implantação de um sistema hidro-rodoviário — construção de grandes eixos viários: Belém-Brasília, Cuiabá-Porto Velho, Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Perimetral Norte, interligados à navegação fluvial — associado aos estímulos financeiros, determinados pelas políticas de crédito e de incentivos fiscais que, em conjunto, tornaram a Região atrativa a investidores particulares, tanto provenientes de outras áreas do País quanto do exterior.

O fato de a Região nas duas últimas décadas, ter se constituído em área de interesse governamental contribuiu para romper com a visão da Amazônia extrativista e colocá-la como uma alternativa de fronteira agrícola, determinando uma nova feição aos fluxos migratórios, os quais eram, anteriormente, associados à produção extrativista, base da ocupação econômico-demográfica da Região.

Neste contexto, a partir da década de 70 grandes transformações ocorreram na Região. Assistiu-se, assim, a um grande aumento da área dos estabelecimentos rurais, nem sempre acompanhado pela correspondente ampliação das terras produtivas. Recriou-se, de um lado, o latifúndio extrativista, agropecuário e agroindustrial sob nova modalidade, em função da qual a terra se transformou em propriedade privada, em mercadoria e passou a ser também utilizada como reserva de valor para futuras atividades econômicas ou especulações. De outro lado, desenvolveu-se a pequena propriedade, em menor proporção através dos projetos de colonização dirigida, oficial e particular, além da ocupação espontânea. Tornou-se premente, para a instalação de grandes e médios projetos agropecuários, não só, a privatização das terras devolutas, tribais e ocupadas mas a própria concentração da propriedade da terra. A ocupação e/ou apropriação de grandes extensões de terras exploradas ou não, repeliram as pequenas, verificando-se neste processo, um acirrado conflito em torno da posse da terra, culminando na própria expulsão ou subordinação de pequenos produtores — posseiros, arrendatários, ocupantes — e dos indígenas. Dessa forma, a nova ocupação do território Amazônico, viabilizada pelo Estado, vem se processando com profundas contradições econômicas e sociais.